



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCAS BAGIO FURTOSO

**HISTÓRIA CULTURAL E HISTORIOGRAFIA:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE ROBERT DARNTON E
DE ROGER CHARTIER A PARTIR DE SEUS LUGARES E DE
SUAS PRÁTICAS**

Londrina
2017

LUCAS BAGIO FURTOSO

**HISTÓRIA CULTURAL E HISTORIOGRAFIA:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE ROBERT DARNTON E
DE ROGER CHARTIER A PARTIR DE SEUS LUGARES E DE
SUAS PRÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Igor Guedes Ramos

Londrina
2017

LUCAS BAGIO FURTOSO

HISTÓRIA CULTURAL E HISTORIOGRAFIA:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE ROBERT DARNTON E DE
ROGER CHARTIER A PARTIR DE SEUS LUGAR E DE SUAS
PRÁTICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Igor Guedes Ramos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Richard Gonçalves André
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rogério Ivano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, _____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que contribuíram com a minha formação, tanto como entusiasta dos estudos da história como pessoa. Em especial agradeço imensamente a meu orientador, o Prof. Dr. Igor Guedes Ramos, que desde o primeiro contato se mostrou um grande amigo, sempre aberto aos meus questionamentos e curiosidades, assim como um excelente profissional, que com certeza me espelharei no futuro. Sem sua imensa ajuda, este trabalho não teria a mesma qualidade, e eu talvez ainda estivesse perdido com o tema da minha pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos, companheiros para todas as horas, que me apoiaram e me motivaram ao longo do percurso, e cuja ajuda também foi essencial para a realização deste trabalho. A todos aqueles que me acompanham desde antes da graduação, e aqueles também que se juntaram através da UEL, tornando minhas manhãs no CCH mais agradáveis. Deixo um agradecimento especial aos que dedicaram horas do seu tempo para discutir comigo sobre os rumos de meu trabalho, me dando conselhos que foram muito valiosos para o resultado final, além de me ouvir por horas a falar sobre temas tão interessantes como Darnton, Chartier e História Cultural.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em cada decisão da minha vida, todos os agradecimentos possíveis: sem eles, este trabalho de fato jamais teria acontecido. A meu pai, Paulo, exemplo de homem honrado, responsável e prestativo. À minha mãe, Viviane, pela sua dedicação e carinho, além é claro de todas as revisões, correções e comentários sobre o meu trabalho. E a meu irmão, o pequeno Gabriel, menino inteligente, curioso e amigo, que um dia descobrirá o que é um TCC.

Por fim, deixo aqui meu agradecimento à minha pequena amada, minha companheira para literalmente todas as situações (inclusive para revisar e corrigir meu TCC), e que ilumina minha vida a cada momento. Sem ela, eu definitivamente não teria tido forças para seguir adiante com este projeto. Thayse, meu coração é seu.

FURTOSO, Lucas Bagio. **História Cultural e Historiografia**: uma análise da trajetória de Robert Darnton e de Roger Chartier a partir de seus lugares e de suas práticas. 2017. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – Licenciatura) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

A história cultural poderia remontar, como demonstra Robert Darnton, até mesmo a Heródoto, uma vez que a análise da cultura sempre esteve presente no trabalho dos historiadores. Porém, como um paradigma acadêmico, ela se desenvolveu com mais força a partir da segunda metade do século XX, tendo sua popularidade institucionalizada com o movimento historiográfico da chamada “Nova História Cultural”. A historiografia é um dos temas mais importantes dentro do pensamento histórico, pois lida diretamente com o papel do historiador e com sua forma de trabalhar. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo analisar as trajetórias intelectuais e acadêmicas de dois grandes historiadores da atualidade, Robert Darnton e Roger Chartier, a fim de compreender o desenvolvimento de seu pensamento e de seu trabalho enquanto historiadores, e suas contribuições para o campo da história cultural. Buscou-se analisar as obras produzidas pelos historiadores aqui citados, mais especificamente os livros *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural francesa, e *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*, por parte de Darnton; e *História cultural – entre práticas e representações*, e *À beira da falésia – a história entre certezas e inquietudes*, da parte de Chartier, assim como um diálogo direto entre os dois autores, presente em artigos, debates e entrevistas. Utiliza-se da perspectiva estabelecida pelo historiador Michel de Certeau (2013), que trata da operação historiográfica com base em três elementos: o lugar do historiador, suas práticas e sua escrita – este estudo foca nos dois primeiros elementos, o lugar e as práticas. Através da análise de suas obras, e relacionando-as com seu percurso profissional (instituições de trabalho), procurou-se estabelecer a interpretação de seu pensamento. A partir dessa perspectiva, observou-se a influência da antropologia no trabalho de Darnton, principalmente a desenvolvida pelo antropólogo americano Clifford Geertz, e da sociologia no trabalho de Chartier, em especial os trabalhos dos sociólogos Émile Durkheim, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Historiografia; História Cultural; Robert Darnton; Roger Chartier; Operação historiográfica.

FURTOSO, Lucas Bagio. **Cultural History and Historiography**: an analysis of Robert Darnton and Roger Chartier's trajectory from the perspective of their places and practices. 65 s. Final monograph (Undergraduate course in History) – State University of Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

Cultural history can be traced back, as posed by Robert Darnton, even to Herodotus, considering that the analysis of culture has always been present in historians' works. As an academic paradigm, however, it has been developed more strongly after the second half of the twentieth century, with its institutionalization with the historiographical movement of the so-called "New Cultural History". Historiography is one of the most important subjects within the historical thought, because it deals directly with the historian's role and their ways of working. Hence, this study has as its main goal to analyze the intellectual and academic path of two great contemporary historians, Robert Darnton and Roger Chartier, as to understand the development of their thought and work as historians, and their contributions to the field of cultural history. It has sought to analyze their works, especially the books *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*, and *The Kiss of Lamourette: Reflections in Cultural History*, from Darnton; and *Cultural History: Between Practices and Representations*, and *On the Edge of the Cliff: History, Language and Practices*, from Chartier, as well as a direct dialogue between the two authors, that took place in articles, debates and interviews. The perspective used here is the one established by historian Michel de Certeau (2013), which approaches the historiographical operation from the basis of three elements: the historian's *place*, their *practices* and their *writing* – this study focuses on the two first, the place and the practices. Through the analyses of their works, and relating them to their professional path (institutions of work), the work established the interpretation of their thoughts. From this perspective, it has been observed the influence of anthropology on Darnton's work, chiefly the one developed by American anthropologist Clifford Geertz, and of sociology on Chartier's work, mainly the works of sociologists Émile Durkheim, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Key words: Historiography; Cultural History; Robert Darnton; Roger Chartier; Historiographical operation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CEM ANOS DE HISTÓRIA CULTURAL	12
3	LUGARES E PRÁTICAS: TRAJETÓRIAS, INFLUÊNCIAS E PRÁTICAS DE DARNTON E CHARTIER	24
3.1	Robert Darnton.....	24
3.2	Roger Chartier.....	33
4	ENTRE DARNTON E CHARTIER: DEBATES, DIÁLOGOS E OUTROS POSICIONAMENTOS	42
4.1	Da historiografia e tradição historiográfica	42
4.2	Da metodologia da pesquisa histórica.....	44
4.3	Das considerações sobre a cultura	51
4.4	Do elemento simbólica na história	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O que é a História Cultural? Foi esta a pergunta que Peter Burke fez no título de um de seus livros¹. Longe de nos fornecer uma resposta objetiva, porém, os estudos de historiadores como Burke, Lynn Hunt, Roger Chartier e Robert Darnton, entre muitos outros, instigaram reflexões e debates a respeito deste tema que, assim como qualquer adjetivação fornecida ao substantivo “história”, dificilmente pode ser encerrada em uma resposta única. Pensar a “História Cultural” enquanto uma unidade discursiva abre, já de início, duas outras questões fundamentais: o que é a história – questão esta que os historiadores tentam responder há tempos – e, claro, o que é cultura. A indagação sobre este conceito talvez cause ainda mais discussões sobre a sua semântica do que a do primeiro.

O presente trabalho pretende analisar, então, a trajetória desenvolvida por dois dos principais nomes atrelados à História Cultural – Robert Darnton e Roger Chartier – a fim de compreender a formação de seus pensamentos a respeito deste campo historiográfico através das considerações de seu *lugar* social e de suas *práticas* enquanto profissionais da História. A escolha destes dois nomes se deu, por um lado, em função da sua proximidade, tanto em termos de pesquisa, tendo em vista que os dois historiadores trabalham majoritariamente com o recorte temporal do século XVIII na França, quanto em termos de produção, já que ambos desenvolveram seus trabalhos em épocas similares – a saber, a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente a década de 1970. Por outro lado, foi importante também na escolha uma certa distância entre os dois historiadores, no que diz respeito às suas colocações sobre a prática historiográfica e suas concepções teórico-metodológicas. É importante ressaltar, contudo, que esta suposta distância aqui apresentada não significa que os dois pensadores ocupem polos opostos nesta discussão, nem que seus pensamentos sejam antagônicos. Pelo contrário, em muitas questões suas posições convergem, e por diversas vezes seus debates resultaram em influências exercidas reciprocamente sobre o outro, contribuindo assim para o desenvolvimento da história cultural como um todo. Além disso, ambos foram protagonistas de um debate direto entre eles, debate este que tinha como foco principal as discussões a respeito das análises de vertente cultural,

¹ BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

marcando assim um episódio dentro da historiografia da História Cultural, que se abre para nós como um objeto de pesquisa.

Todos esses pontos nos levam a pensar o desenvolvimento do pensamento historiográfico, que constitui um processo dinâmico e de constante trocas entre os envolvidos. Para compreender melhor essa questão, no presente trabalho utilizaremos a perspectiva desenvolvida por Michel de Certeau a respeito da *operação historiográfica* e do *lugar* do historiador. De acordo com Certeau, a operação historiográfica, ou seja, a prática realizada pelo historiador enquanto profissional, se constitui em uma relação de três partes: “um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”². Ou, de acordo com outros termos colocados por ele, um lugar social, uma prática e uma escrita.

Partindo da ideia de que toda produção historiográfica é uma produção realizada por um indivíduo no seu presente, ou seja, é uma ação, realizada por um sujeito, de olhar para trás, no passado, na tentativa de estabelecer uma compreensão a respeito deste, Certeau coloca que esta produção se articula invariavelmente com o seu lugar socioeconômico, político e cultural. Assim, se enquadra em um sistema de referência, e, “sub-repticiamente”, também o determina. O lugar permite um tipo de produção e, ao mesmo tempo, proíbe outra. Este processo é intrínseco ao pensamento histórico, e, antes de este ser classificado então como uma estrita forma de subjetividade, tem também de seguir certas instituições que não estão apenas em controle do historiador. Estas instituições são classificadas por Certeau como o “estatuto de uma ciência”, ou então o seu *não-dito* social. Segundo ele, “é, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”³.

A validade de um estudo histórico é, assim, determinada pela sua recepção por parte do seu público alvo, que dentro da prática científica são seus “pares”. São eles que podem atestar o seu valor. Uma pesquisa ou obra de história está em constante relação com seus contemporâneos, com um “estado da questão”, na expressão utilizada por Certeau; com as estratégias (e também as táticas) e

² CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 47.

³ Ibid, p. 55.

problemáticas exploradas por este grupo, formando uma rede onde todos os elementos individuais “dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado”⁴. Daí a importância de pensarmos a trajetória desenvolvida por cada historiador, a fim de melhor compreender a constituição de seus pensamentos e suas contribuições para a discussão a respeito de uma História Cultural.

Além disso, Certeau postula que a história se desenvolve a partir de duas perspectivas: suas considerações internas, que diz respeito à *realidade histórica* e dos *fatos históricos*; e sua articulação com uma “razão contemporânea”, ou seja, a relação da história com o desenvolvimento das outras áreas do conhecimento: a história se tornaria então um “lugar de ‘controle’ onde se exerce uma ‘função de falsificação’”⁵. Para Certeau, a história

intervém à maneira de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais. Diz-se que utiliza um ‘instrumental emprestado’ (P. Villar). É verdade. Mais precisamente, testa esse instrumental através de sua transferência para terrenos diferentes, da mesma forma que se testa um carro esporte, fazendo-o funcionar em pistas de corrida, em velocidade e condições que excedam suas normas. [...] Nela podem ser evidenciados os limites de significabilidade relativos aos ‘modelos’ que são “experimentados”, um de cada vez, pela história, em campos estranhos ao de sua elaboração⁶.

Neste trabalho buscamos, então, para a realização da proposta aqui colocada, considerar como fontes primárias algumas das obras produzidas pelos próprios historiadores. O foco maior foi sobre duas obras de cada um dos autores: com relação a Robert Darnton, consideramos como principais para a presente pesquisa seus livros *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*⁷ e *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*⁸. A escolha do primeiro livro se deu em função de este ser o principal resultado de seu seminário desenvolvido na Universidade de Princeton em conjunto com o antropólogo Clifford Geertz (que tinha como título “História e Antropologia), e o primeiro em que Darnton procura expor de forma mais clara o seu referencial teórico para a sua abordagem cultural, apesar de não dedicar textos a este assunto, exclusivamente. O segundo

⁴ CERTEAU, 2013, p. 57.

⁵ Ibid, p. 72.

⁶ Ibid.

⁷ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁸ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

livro foi escolhido por conter, entre seus capítulos, diversos artigos produzidos e aqui reunidos por Darnton que dão conta da sua concepção teórico-metodológica a respeito da forma como ele concebe a história e o trabalho do historiador de uma forma mais específica. No que diz respeito a Roger Chartier, as escolhas foram seus livros *História Cultural – entre práticas e representações*⁹, e *À beira da falésia: entre certezas e inquietudes*¹⁰. Estas escolhas se deram em função de estes livros serem dedicados à exposição do pensamento de Chartier com relação também aos seus aportes teóricos de análise e interpretação histórica - ao contrário de Darnton, a produção teórica de Chartier é vasta.

O presente trabalho se divide da seguinte forma: o primeiro capítulo visa constituir uma recapitulação dos debates acerca da história cultural, começando a partir do que se considera em geral o ponto de partida – os trabalhos desenvolvidos por Jacob Burckhardt – até a constituição de um campo próprio dentro da historiografia contemporânea denominado “Nova História Cultural”. Nesse caminho, abordamos os trabalhos desenvolvidos pela sociologia de Max Weber, Émile Durkheim e Norbert Elias; os historiadores da arte do começo do século XX, como Ernst Gombrich, Aby Warburg e Erwin Panofsky; o início dos *Annales*, principalmente a obra de Lucien Febvre e Fernand Braudel; o movimento das *mentalités*, tal qual concebida pelos historiadores das gerações seguintes dos *Annales*; até, por fim, a Nova História Cultural.

O segundo capítulo busca analisar a trajetória acadêmica de Darnton e Chartier, a fim de melhor compreender o desenvolvimento de seu pensamento e suas concepções teóricas e metodológicas a respeito da história cultural. Da parte de Darnton, o trabalho foca no seu trabalho desenvolvido na Universidade de Princeton e seu contato com a antropologia, principalmente aquela desenvolvida por Clifford Geertz. Com relação a Chartier, o foco recai sobre seu papel dentro dos *Annales*, assim como suas cátedras na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* e posteriormente no *Collège de France*, e da influência da sociologia em seu pensamento, principalmente por parte de Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel Editora, 1988.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

O terceiro capítulo aborda alguns diálogos realizados entre os dois historiadores em questão, a fim de melhor compreender a forma como estes enxergam a história cultural. Este debate se desenvolveu de forma direta entre os dois autores, através de artigos, debates e entrevistas. Para melhor expor os tópicos abordados por eles, o capítulo se subdivide em quatro partes: da historiografia e tradição historiográfica, que aborda questões referentes aos elementos quantitativos dentro da pesquisa histórica e a constituição ou não de uma historiografia propriamente *francesa*; da metodologia da pesquisa histórica, em que os dois historiadores debatem as suas concepções metodológicas a respeito da prática historiográfica, adotadas ao longo de sua produção intelectual; das considerações sobre a cultura, que envolve as colocações a respeito do elemento cultural, em contraponto a outras instâncias, como o econômico ou o social; e do elemento simbólico na história, que se foca no debate a respeito da investigação e da interpretação dos símbolos, iniciado por uma crítica feita por Chartier ao trabalho realizado por Darnton em *O grande massacre de gatos*.

2. CEM ANOS DE HISTÓRIA CULTURAL

Este capítulo busca contextualizar os debates existentes a respeito deste tema, desde as discussões elencadas por autores como Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, ainda no século XIX, até a constituição da “nova história cultural” como um movimento historiográfico da segunda metade do século XX.

Como demonstra Darnton na introdução do seu primeiro livro, *O grande massacre de gatos*¹¹, “[...] a história cultural com c minúsculo remonta a Burckhardt, se não a Heródoto”. Ao afirmar que ela remontaria a Heródoto, o que Darnton implica é que a história cultural sempre teria sido realizada pelos historiadores, mesmo que estes talvez não tenham se dado conta disso. O nome de Jacob Burckhardt, porém, é indispensável quando pretendemos pensar sobre a historiografia cultural contemporânea. De acordo com Burke¹², a primeira grande tradição cultural se deu entre os anos 1800 e 1950, período este que ele chama de “clássico”. Neste período, os principais nomes foram, além do historiador suíço Burckhardt – cuja principal obra é *A cultura do Renascimento na Itália*, publicada em 1860 –, o holandês Johan Huizinga, com seu livro *Outono da Idade Média* (1919), e o britânico G. M. Young, com a obra *Victorian England* (1936). Em todos esses escritos, o trabalho do historiador pode ser caracterizado pela frase de Young: este “[...] pinta o trabalho de uma época”. Outro traço marcante também do período era a preocupação dos historiadores com as relações entre as diferentes manifestações artísticas das épocas analisadas, buscando capturar o “espírito da época” – o *Zeitgeist* de Hegel.

O trabalho desenvolvido por Burckhardt merece um espaço separado aqui. Sua obra *A cultura do Renascimento na Itália* tentava estabelecer a síntese histórica de um período, apresentando os “contornos ideias de uma época cultural”. Além disso, ao se utilizar do subtítulo “Um ensaio” – ensaio não no sentido de um meio termo entre ciência e literatura, mas sim no sentido de experimento, o historiador suíço buscava desenvolver um novo método de estudo para a história. Este método consistia, basicamente, na busca por compreender uma época histórica a partir de seu princípio de unidade, focada em sua continuidade. Assim, Burckhardt começou a estabelecer relações entre as obras de arte e o universo de financiamento dos

¹¹ DARNTON, 1986, p. XIV.

¹² BURKE, 2008, p. 10.

mecenas, em uma tentativa de compreender o trabalho dos artistas a partir do seu contexto de produção.

Burckhardt foi um dos primeiros a estabelecer a tese do Renascimento como o berço do “homem moderno”, tanto nos modos de pensar e sentir como com relação às “formas”. Ele buscou, assim, compreender as relações paralelas entre a história da cultura e a história da arte. Uma das principais, senão a principal, característica da *Kulturgeschichte* desenvolvida por Burckhardt era essa tensão permanente entre a construção e apresentação de um quadro geral da época estudada e as realizações individuais dos personagens de sua história. Quando ele apresenta sua tese do Renascimento como o lugar de construção da ideia moderna de indivíduo, essa tensão cresce ainda mais. Assim, ele opta por partir sua análise da vida e trajetória dos próprios homens do período: Burckhardt fez vasto uso do gênero literário da biografia, mas atribuindo a ela seu próprio sentido, o de composição do quadro histórico-cultural do período.

Ele buscava, assim, extrair da imensa quantidade de documentos utilizados em sua pesquisa os traços que fossem capazes de caracterizar a época histórica de um ponto de vista panorâmico, seguindo a linha do *Zeitgeist* hegeliano. A partir dessa ideia, ele procurou em sua obra não ignorar as especificidades dos acontecimentos, e “perceber nos eventos humanos sua autonomia e particularidade, sua irredutibilidade diante do vasto e multiforme operar humano”¹³, mas num processo de relacioná-los com os contornos gerais do contexto temporal. Uma de suas principais características foi, então, a tendência de enquadrar as realizações dos indivíduos a partir de suas ligações com os valores compartilhados de sua época: “Como mencionou certa vez o historiador italiano Arnaldo Momigliano, a historiografia de Burckhardt integra uma análise sincrônica dos acontecimentos e uma apreciação diacrônica da civilização”¹⁴.

A tese de Burckhardt pode ser definida a partir da ideia de sintetizar um período histórico que não tendia a aparecer dentro da historiografia do século XIX, que costumava caracterizar o fim da Idade Média com as Reformas religiosas, tendo o período Moderno uma origem germânica. Ele estabelece, ao contrário, o fim da Idade Média com o advento do Renascimento e atribui às cidades italianas a gênese

¹³ FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 73.

¹⁴ *Ibid*, p. 74.

da construção moderna de indivíduo, a partir da elaboração de um diagrama cultural do período. Desse modo, a perspectiva desenvolvida por ele possibilitava considerar a obra de arte renascentista a partir de dois pontos, o de sua construção formal artística e a sua determinação dentro de um contexto histórico-cultural, a partir de suas características de produção. Dessa forma, o historiador suíço foi um importante autor na abordagem analítica de unir tanto as perspectivas sincrônicas quanto diacrônicas, reivindicação metodológica que Roger Chartier viria a fazer posteriormente em suas obras. Por outro lado, a história desenvolvida por ele teve maior influência no trabalho de Robert Darnton, que compartilha com o historiador suíço algumas premissas metodológicas (mesmo que se apropriando delas e transformando-as para o seu contexto).

Uma outra influência para a análise cultural veio da Sociologia, especialmente aquela desenvolvida pelo alemão Max Weber. O sociólogo alemão escreveu suas obras num período em que a Sociologia buscava se consolidar como um ramo autônomo do conhecimento, principalmente pelo trabalho dele e do francês Émile Durkheim. Weber, contudo, construiu o seu pensamento a partir de uma vertente um pouco diferente da de Durkheim. Este era influenciado diretamente pelo positivismo, e procurava situar sua análise nos fatos “observáveis”, preferenciando assim os dados estatísticos e as análises macroscópicas. É importante ressaltar que o pensamento de Durkheim se desenvolveu para além desta linha positivista, principalmente a partir de sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, publicada originalmente em 1912, em que ele passou a dar mais importância a elementos como a moral e as representações coletivas – conceito este que aparece com uma influência direta na obra de Roger Chartier, como será discutido posteriormente¹⁵. Por outro lado, Weber se ligou mais a uma linha hermenêutica de análise, em que postulava a ação social como uma ação do indivíduo, e buscava assim interpretá-la. Em uma de suas mais importantes obras, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), Weber analisou a consolidação do sistema de produção capitalista através de suas raízes culturais, que ele encontrou na ética protestante que se desenvolveu a partir das reformas religiosas do fim do período moderno, principalmente pelos calvinistas. O pensamento de Max Weber teve grande influência no desenvolvimento do trabalho do antropólogo Clifford Geertz,

¹⁵ Cf. DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber*. São Paulo: Loyola, 2004.

que, por sua vez, foi uma das principais referências para a constituição do trabalho de Robert Darnton. Esta discussão entre os “durkheimianos” e os “weberianos” será retomada no capítulo 3, em que Chartier e Darnton dialogam diretamente.

Alguns anos depois, outro sociólogo alemão também deu sua contribuição: Norbert Elias. Em suas duas principais obras, *A sociedade de corte* (1933) e *O processo civilizador* (1939), Elias procurou caracterizar a formação do Estado moderno absolutista a partir da sua principal instituição, a corte do rei. Para ele, as principais bases dessa sociedade se encontravam em uma nova configuração social, que se desenvolveu a partir da transformação do que ele chamou de economia psíquica dos indivíduos. Essa configuração, em última análise, moldou a cultura do Antigo Regime. Apesar de Elias afirmar que escrevia sobre civilizações e não sobre cultura, suas obras eram, como coloca Burke, essencialmente de história cultural.

Outra geração de historiadores, dessa vez ligados à história da arte, se arriscaram pelos campos da história cultural. Aqui, nomes como o austríaco Ernst Gombrich e os alemães Aby Warburg e Erwin Panofsky aparecem como importantes autores. Suas contribuições giraram em torno dos conceitos de esquema e de *habitus*, que futuramente foi incorporado pelo sociólogo Pierre Bourdieu e por Chartier (este conceito também aparece nas obras de Elias). Como ressalta Burke, o interesse de Warburg recaiu sobre o estudo da tradição artística clássica e suas transformações no tempo, dirigindo seu foco para os esquemas ou as fórmulas culturais perceptivas. Nessa esteira, Gombrich desenvolveu mais o conceito de esquemas culturais, estudando as relações entre o que ele chamava de “verdade e estereótipo”, “fórmula e experiência”, ou “esquema e correção”. Por fim, Panofsky se propôs a pensar as interações culturais não ligadas a um “espírito da época”, mas sim à difusão do que ele chamou de “hábitos mentais”, ou *habitus*, “um conjunto sobre a necessidade de organização transparente e de reconciliação das contradições”.

A partir do desenvolvimento de dois paradigmas dentro do campo historiográfico no século XX, a saber o *marxismo* e a *escola dos Annales*, a análise socioeconômica da história foi ganhando espaço, e ocupando o lugar até então majoritário da abordagem política. Ambos buscavam uma análise mais sistemática da sociedade, procurando pelas forças e estruturas que moldavam o ambiente social e econômico, e identificando nestas as bases interpretativas de um período histórico. Essa tendência dos *Annales* teve como seus principais autores, na metade do

século, os historiadores franceses Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Febvre ficou conhecido por desenvolver a categoria analítica de “utensilagem mental”, sendo um dos precursores do movimento das *mentalités* francês, enquanto Braudel desenvolveu a sua teoria sob três níveis de análise temporal, que ele classificou da seguinte forma: a *longue durée*, ou a estrutura de longa duração, que é dominada pelo meio geográfico; a *conjoncture*, ou a conjuntura de média duração, classificada pelas estruturas sociais e econômicas; e a curta duração, ou o “evento” efêmero, que dizia respeito às ações do indivíduo em geral, especialmente dentro do campo da política. Assim, seu trabalho priorizava as estruturas de maior duração (média e longa), “enquanto os eventos eram equiparados à poeira ou à espuma do mar”¹⁶.

Lucien Febvre se tornou um importante historiador do século XX, ao desenvolver categorias teórico-metodológicas e conceitos instrumentais de análise, como os de “utensilagem mental” e “psicologia histórica”. Febvre caracterizou que o trabalho do historiador só poderia ser realizado a partir da compreensão das diferenças linguísticas existentes entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa, e procurou sempre lembrar os historiadores do perigo do anacronismo em sua prática profissional. Assim, em sua obra *O problema da incredulidade no século XVI*, procurou estabelecer uma análise da cultura letrada do século XVI, “cultura na qual indivíduos e grupos sociais agiam e reagiam segundo convenções dadas e/ou determinadas por tradições imemoriais”¹⁷.

Durante a fase inicial da revista dos *Annales*, o foco recaía sobre os aspectos socioeconômicos das sociedades estudadas. A preocupação de Febvre com as estruturas psicológicas ainda não se constituía como um paradigma dentro da historiografia, mas seus estudos, ao lado das investigações de representações coletivas levadas a cabo por Marc Bloch, na linha da sociologia desenvolvida por Durkheim, foram importantes para a crítica feita à história das ideias tal qual era desenvolvida pela história e a filosofia. O trabalho feito pelo francês Lucien Lévy-Bruhl, em que ele conceitua dois modos distintos de pensar, o “primitivo” e o “moderno” – ainda que hoje possa ser considerado de certa forma eurocêntrico e

¹⁶ HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 4.

¹⁷ AVELAR, Alexandre; LOPES, Marcos. Lucien Febvre (1878-1956). In: LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 187.

datado – também teve uma grande influência no desenvolvimento do pensamento de Febvre, a medida em que ele postulava “um esforço para pensar um conjunto de práticas culturais segundo sua própria coerência e para reconstruir sua autonomia e especificidade.

Febvre foi um crítico da “história das ideias” de sua época, e seu estudo das “mentalidades” buscou confrontar alguns dos postulados daqueles filósofos e literatos que costumavam utilizar em suas análises categorias abstratas e universais. Em suma, o projeto de Febvre visava a uma metodologia do estudo histórico que considerasse as relações sociais como um conjunto em direta ligação com seus esquemas culturais e psicológicos. Cada período é composto de seus sistemas culturais, com seus signos próprios, que assinalavam uma diferença em relação à contemporaneidade do pesquisador. Assim, a pesquisa de Febvre se estruturava na descontinuidade e “irredutibilidade”. Como ele mesmo colocou a definição de seu projeto de pesquisa:

“A cada civilização, a sua utensilagem mental; mais ainda, a cada época de uma mesma civilização, a cada progresso (quer das técnicas, quer das ciências) que a caracteriza [...] uma utensilagem renovada, um pouco mais desenvolvida para certas utilizações, um pouco menos para outras. Uma utensilagem mental que essa civilização, que essa época não está segura da capacidade de transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que vão lhe suceder, podendo conhecer mutilações, retrocessos, deformações importantes. Ou, pelo contrário, progressos, enriquecimentos, novas complicações. A utensilagem vale pela civilização que soube forjá-la; vale pela época que a utiliza; não vale pela eternidade, nem pela humanidade: nem sequer pelo curso restrito de uma evolução interna de uma civilização”¹⁸.

Braudel, por sua vez, se focou na longa duração como mais importante dentre as temporalidades propostas, além de uma defesa da história socioeconômica. O projeto historiográfico de Braudel visava à construção de uma “história total”, em que as relações entre as temporalidades de curta, média e longa duração estabeleceriam as bases para a compreensão do “processo histórico mundial”, em que os indivíduos estariam inseridos. De acordo com a definição que Braudel deu para o seu próprio trabalho:

Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual. Ou, se preferirmos ainda, a decomposição do homem num cortejo de personagens. É talvez isso o que menos me perdoarão, mesmo se afirmo que os cortes tradicionais fracionam, também, a história viva e estranhamente uma, mesmo se afirmo contra

¹⁸ FEBVRE, Lucien apud AVELAR; LOPES, 2013, p. 192.

Ranke ou Karl Brandi, que a história relato não é um método ou o método objetivo por excelência, mas antes uma filosofia da história¹⁹.

Braudel desenvolveu seu pensamento num constante diálogo com o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. A partir desse diálogo, ele pode incorporar o *estruturalismo* do antropólogo a seu pensamento, ao considerar as “tenazes prisões da longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem”²⁰ como a *estrutura* de Lévi-Strauss. Em suas disputas com Lévi-Strauss, Braudel afirmava que, enquanto o antropólogo francês buscava pensar nas estruturas em seus modelos “congelados na sua simplicidade”, tentando atribuir-lhes o valor de leis aplicáveis a todos os lugares e sociedades, ele buscava pensar nas dinâmicas e permanências das estruturas ao longo da linha temporal, procurando definir o seu movimento. Sua conceituação de longa duração caracterizava, dessa forma, o estudo das estruturas de uma perspectiva histórica. Nessa linha, o historiador francês advogou em seus estudos por uma interdisciplinaridade, na relação da História com as outras ciências sociais. Assim, sua temporalidade de longa duração se comunicava com a Geografia e a Antropologia estruturalista, o tempo médio conjuntural com a Economia e a Sociologia, e a curta duração com a própria História dos eventos e os estudos biográficos.

O modelo teórico de Braudel veio a sofrer críticas de várias fontes, incluindo os posteriores historiadores do próprio movimento dos *Annales*. Alguns autores afirmaram que o modelo braudeliano era limitado às questões econômicas e sociais, e não era capaz de lidar de maneira adequada com as questões culturais, impossibilitando assim o estudo das descontinuações e das rupturas das práticas culturais de uma sociedade. Além disso, o seu objetivo de construir uma história total ou global foi cada vez mais deixado de lado, em prol de uma perspectiva que se foca na fragmentação e na especialização, “mais no detalhe do que na totalidade das estruturas”, com abordagens mais focadas nas dinâmicas culturais do que em estruturas socioeconômicas. Todavia, sua trajetória abriu caminho para o desenvolvimento da historiografia como um todo, influenciando todos que vieram após ele, tanto os que seguiram seu modelo quanto os que, partindo dele, buscaram criticá-lo ou reformulá-lo.

¹⁹ BRAUDEL, Fernand apud ROIZ, Diogo. Fernand Braudel (1902-1985). In: LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 301-302.

²⁰ VAINFAS, Ronaldo apud ROIZ, op. cit., p. 303.

Tanto os marxistas (ou parte deles, pelo menos) quanto os historiadores dos *Annales* passaram a se voltar, progressivamente, para os estudos culturais, ou as abordagens que colocavam a cultura também como base de análise. Dentro do pensamento marxista, uma figura de destaque foi o inglês E. P. Thompson. Em sua obra, o historiador passou a questionar a análise tradicional marxista de infraestrutura/superestrutura, e focou seu trabalho no estudo do que chamou de “mediações culturais e morais”, ou “a maneira como se lida com essas experiências materiais de modo cultural”²¹. Contudo, como coloca Hunt, mesmo com essas insurgências, a maior parte dos historiadores marxistas não abriu mão de sua teoria em virtude de uma outra abordagem, mas sim apenas adaptou sua teoria frente a estas novas questões.

Com relação à escola dos *Annales*, porém, a abertura foi maior. A partir da transição para o que é considerada a “terceira geração” de historiadores dos *Annales*, um interesse cada vez maior pela abordagem cultural foi se fazendo presente. Um novo campo de estudos, intitulado história das mentalidades (*mentalités*, no termo em francês) foi inaugurado por historiadores como Jacques Le Goff, Michel Vovelle e Philippe Ariès. É elucidativa para a presente pesquisa as definições das mentalidades dada por um de seus principais autores, Jacques Le Goff: “a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo; ou então “o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento”²².

A história das mentalidades se opunha, na linha do pensamento iniciado por Febvre, à história intelectual clássica, na medida em que buscavam caracterizar as mentalidades, sempre coletivas, que regem o mundo social e cultural dos indivíduos, “sem que esses o saibam”, como coloca Chartier, em contraposição a uma análise das ideias enquanto construções conscientes dos espíritos. Os historiadores das *mentalités* procuraram expandir o projeto iniciado por Febvre, e assim, para além da reconstrução dos “sentimentos” e das “sensibilidades” que cercavam os indivíduos de um dado período, desenvolveram outras categorias psicológicas essenciais, que

²¹ THOMPSON, Edward P. apud HUNT, 2001, p. 6.

²² LE GOFF, Jacques apud CHARTIER, 1988, p. 41.

operam sobre a “construção do tempo e do espaço”, na “produção do imaginário” e na “percepção coletiva”²³.

Uma das principais características do projeto das *mentalités* era a importância dada à serialização dos documentos em larga escala, tornada possível naquele momento com o desenvolvimento dos microcomputadores. Pierre Chaunu, um de seus principais autores, o definiu da seguinte maneira:

[...] o problema consiste em levar verdadeiramente o terceiro nível [a saber, o afetivo e o mental] a beneficiar das técnicas de uma estatística regressiva, a beneficiar, portanto, da análise matemática das séries e da dupla interrogação do documento, em primeiro lugar por si mesmo, seguidamente em relação à sua posição no seio da série homogênea na qual a informação de base é integrada e colocada²⁴.

Assim, este movimento dentro da historiografia francesa veio, de acordo com Chartier, de uma “tomada de consciência” por parte dos historiadores dos *Annales*, que pode ser caracterizada a partir de três pontos principais: em primeiro lugar, o reconhecimento da necessidade da interdisciplinaridade entre a história e as ciências sociais, tal como a sociologia e a economia, mas também a demografia e a etnologia. Os objetos de pesquisa foram então expandidos para outros até então não muito comuns, como “os pensamentos e gestos coletivos perante a vida e a morte, as crenças e rituais, os modelos educativos, etc.”²⁵. Em segundo, a tomada de consciência de que as classificações sociais não podem ser reduzidas a categorias apenas econômicas, expandindo a análise para diferenciações geradas a partir de outros eixos (como as diferenças de gênero, as diferenças religiosas, as regionais, entre outras) – como Chartier ressalta, essa expansão, porém, visava a dar “outro conteúdo à hierarquização social”, sem de fato a “pôr a causa”²⁶. Por fim, a tomada de consciência de que novas metodologias eram necessárias para a realização dessas investigações. O contato com as outras ciências sociais teve aí, novamente, um papel fundamental, à medida em que os historiadores buscaram métodos utilizados por essas outras ciências, como a análise serial e o trabalho sobre as linguagens. A história das mentalidades tal qual desenvolvida pelos *Annales* foi, de forma geral, a expansão da utilização das metodologias das ciências sociais para novos objetos históricos.

²³ CHARTIER, 1988., p. 42.

²⁴ CHAUNU, Pierre apud CHARTIER, op. cit., p. 44.

²⁵ CHARTIER, op. cit., p. 45.

²⁶ Ibid, p. 46.

Com o desenvolvimento do estudo das mentalidades, uma nova corrente de pensamento começou a surgir, tanto na França, entre os autores da chamada quarta geração dos *Annales*, quanto também nos Estados Unidos: a chamada “nova história cultural”. Estes historiadores se colocavam em uma posição diferente daquela defendida tradicionalmente por Braudel: segundo Chartier, um de seus principais representantes, “a relação [...] estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social”²⁷. Assim, colocavam em cheque a própria noção de longa duração braudeliana. Para eles, as estruturas sociais e econômicas operam no mesmo nível da cultura, não antes ou depois, e se constituem elas mesmas como campo de prática e produção cultural. Chartier negava uma “dimensão extracultural da experiência”.

Essa nova abordagem por parte dos historiadores dos *Annales* teve uma grande influência do pensamento de Michel Foucault, principalmente de sua crítica das bases epistemológicas da história social. Para ele, não existiam objetos intelectuais considerados “naturais”. Assim, também se posicionava contra a pesquisa de origens, teorizando em contraponto a noção de “genealogia”; recusando-se a oferecer análises causais em suas formas clássicas e negando relações redutivas entre formações discursivas e seus contextos sócio-políticos, Foucault estudou a cultura pela visão das tecnologias de poder, “situadas estrategicamente no discurso”²⁸. Ou seja, buscou compreender as relações de poder não em estruturas sociais como o Estado ou as classes, mas sim em lugares propícios e profundos – em geral, nos discursos.

A história das *mentalités* sofreu críticas, principalmente pela sua ausência de um foco claro e uma consequente “busca infinita por novos temas”, inclusive de historiadores que viriam a estar em estreita ligação com este campo: Darnton, um dos mais conhecidos historiadores culturais da França, chegou a afirmar: “apesar de uma enxurrada de prolegômenos e discursos sobre o método..., os franceses não elaboraram uma concepção coerente de *mentalités* enquanto campo de estudo”²⁹. A partir disso, autores como Revel e Chartier foram além do simples estabelecimento de novos temas dentro da concepção de *mentalités*; em sua obra, dedicaram-se a

²⁷ CHARTIER, Roger apud HUNT, 2001, p. 9.

²⁸ HUNT, op.cit., p. 12.

²⁹ DARTON, Robert apud HUNT, op. cit., p. 12.

questões teórico-metodológicas e epistemológicas, jogando com os próprios limites da história enquanto área do conhecimento.

Com a ascensão da abordagem cultural, outras disciplinas passaram a ser priorizadas dentro dos estudos históricos: a antropologia e a teoria literária, no lugar da sociologia e da economia. As estruturas sociais passaram então a ser analisadas não como determinadas e fixas, mas também construídas. Nesse processo, autores de outras áreas e lugares passaram a exercer influência dentro dos estudos históricos. Além dos historiadores dos *Annales*, os antropólogos de formação inglesa e americana passaram a dialogar diretamente com os historiadores da cultura. Um nome importante é o do antropólogo americano Clifford Geertz, cuja influência é marcante na construção da obra de Robert Darnton. Para Darnton, seguindo as linhas do pensamento geertziano, a história cultural “trata-se de uma ciência interpretativa: seu objetivo é ler ‘em busca de significado – o significado inscrito pelos contemporâneos’. A decifração do significado, então, mais do que a interferência de leis causais de explicação, é assumida como tarefa fundamental da história cultural [...]”³⁰.

Essa definição posta por Darnton suscitou o debate entre ele e Chartier. Em oposição ao pensamento do historiador americano, Chartier coloca o problema de considerar que as formas e representações simbólicas se organizem em um “sistema”, pois “isso implicaria coerência e interdependência entre elas, o que por sua vez pressupõe a existência de um universo simbólico comum e unificado”³¹. Em seu trabalho, ele coloca que a interpretação geertziana tende a ignorar as diferenças nos modos de apropriação e uso das formas culturais, e na tentativa de estabelecer um “idioma geral” que dê conta de toda expressão cultural, acaba por obscurecer a existência de lutas e conflitos entre os agentes³².

Em sua defesa de uma análise sensível às diferenças de apropriação, Chartier demonstra a influência do pensamento de Pierre Bourdieu. Este, ao focar seus estudos no aspecto cultural, reformulou o modelo marxista: mesmo admitindo que “o modo de expressão característico de uma produção cultural sempre depende

³⁰ HUNT, 2001, p. 16.

³¹ CHARTIER apud HUNT, op. cit., p. 16.

³² Ibid.

das leis do mercado no qual é oferecido”³³, procurou investigar a lógica específica a qual os “bens culturais” e os seus meios de apropriação se submetem.

Chartier ainda ressalta o cuidado que os historiadores devem ter, tanto com relação a uma teoria reflexiva da cultura – de que esta seria derivada de uma forma causal da realidade social – quanto a uma teoria centralizadora da cultura, onde as ações simbólicas expressam um significado central, coeso e compartilhado. Pois os textos que servem de base para o estudo do historiador também afetam o seu leitor de formas “variadas e individuais”, não sendo textos “inocentes” ou “transparentes” em sua essência. São textos que seguiram regras de interesse e estratégia próprias quando foram produzidos, e assim o historiador da cultura deve ser capaz de criar suas próprias estratégias para sua leitura. Em sua análise, Chartier ainda lança dúvidas sobre a divisão clássica dentro dos estudos culturais entre cultura popular e cultura erudita. Essas discussões e debates entre Chartier e Darnton aqui apresentadas brevemente serão retomadas posteriormente, no desenvolvimento dos próximos capítulos.

As teorias literárias também exercem uma função importante sobre a abordagem cultural da história. Para o crítico literário americano Fredric Jameson, a dicotomia entre o que um texto *significa* e como ele *funciona* é uma tensão inerente à própria linguagem. “A unidade não é possível sem uma percepção da diferença; a diferença certamente não pode ser apreendida sem uma percepção contrária da unidade”³⁴. Dessa forma, os historiadores culturais não podem escolher entre uma ou outra, mas sim trabalhar nos limites de ambas – unidade e diferença, significado e funcionamento, interpretação e desconstrução.

Dessa forma, um longo caminho de debates foi estabelecido a respeito da história cultural enquanto uma divisão categórica dentro dos estudos históricos. A partir desse pano de fundo é que os autores aqui discutidos, Robert Darnton e Roger Chartier, traçaram a sua própria trajetória como historiadores. Com as considerações aqui feitas, podemos partir então para a análise mais específica de seu percurso acadêmico, com o intento de melhor compreender o seu pensamento a partir do lugar social ocupado por eles – tanto das instituições em que fizeram parte como as influências que foram exercidas sobre eles ao longo de seu caminho.

³³ BORDIEU, Pierre apud HUNT, 2001, p. 17.

³⁴ JAMESON, Fredric apud HUNT, op. cit., p. 21.

2.2 LUGARES E PRÁTICAS: TRAJETÓRIAS, INFLUÊNCIAS E PRÁTICAS DE DARNTON E CHARTIER

Este capítulo tem como objetivo analisar o desenvolvimento das trajetórias de pensamento dos autores aqui analisados, a fim de procurar compreender, a partir de seus percursos acadêmicos, bem como das instituições em que atuaram e das influências de outros autores com que se relacionaram, a constituição de suas bases teóricas e metodológicas no que diz respeito à história cultural tal qual praticada por cada um deles. Em primeiro lugar, foca-se na trajetória de Robert Darnton dentro do eixo Estados Unidos – Inglaterra (principalmente as universidades de Princeton e Oxford), e seu contato com a antropologia de Clifford Geertz e a antropologia em geral. Posteriormente, foca-se no caminho trilhado por Chartier, dentro de duas das principais instituições de pesquisa da França – a *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* e o *Collège de France* –, e a influência dos estudos da sociologia em seu pensamento, principalmente a de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, e também seu contato com a obra de Michel de Certeau.

É importante notar, seguindo as premissas de Certeau, que a separação entre *lugar*, *prática* e *escrita* da operação historiográfica é uma abstração teórica: nas formações históricas esses elementos estão imbricados. Neste capítulo, tentaremos demonstrar que o processo de constituição de uma *prática historiográfica* específica por Darnton e por Chartier é resultado da dinâmica de um *lugar* e, ao mesmo tempo, constituidora de uma nova configuração deste *lugar*. Dito de outra forma, quando Chartier – ou qualquer outro intelectual – desenvolve um pensamento específico é no interior de uma rede de posições teórico-metodológicas que acabam por se deslocar pela institucionalização desse novo pensamento. Um exemplo disto é a criação de uma cátedra específica no *Collège de France* para Chartier, conforme discutiremos adiante.

2.2.1. Robert Darnton

Nascido na cidade de Nova York, em 1939, Robert Darnton tem, em sua trajetória acadêmica, um currículo extenso. Graduou-se na Universidade de Harvard, em 1960, e obteve seu título de doutor pela Universidade de Oxford, em 1964. Antes

de começar a carreira como professor universitário, Darnton trabalhou como repórter investigativo do *The New York Times*, fato este que sempre influenciou, como ele mesmo costuma afirmar ao longo de seus escritos, no seu tipo de investigação histórica e no seu estilo de escrita. Em 1968, ingressou na Universidade de Princeton, primeiro como professor assistente, ganhando o cargo de professor titular em 1972. De 1985 a 2007, ele ocupou a cadeira *Shelby Cullom Davis Professor of European History* (professor de História Europeia), em Princeton, deixando o cargo para ocupar a cátedra *Carl H. Pforzheimer University Professor and Director of the University Library* – professor universitário e diretor da biblioteca – em Harvard, cargo que ocupa até a presente data. Durante esta trajetória, se especializou no estudo do século XVIII francês, mais especificamente nos campos da história cultural e da história do livro, se tornando assim uma das principais referências nestes assuntos atualmente.

Em virtude de seu contato com a historiografia francesa (devido ao seu objeto de pesquisa), Darnton passou a ministrar, no início da década de 1970, um seminário em Princeton sobre a história das *mentalités*, um campo que estava se desenvolvendo na França e que, até aquele momento, não possuía uma equivalência dentro da historiografia americana – Darnton inclusive mantém o termo em francês, em seu livro *O grande massacre dos gatos*³⁵, afirmando que este ainda não possuía uma tradução adequada para a língua inglesa. Apesar de, no decorrer de seu percurso intelectual, tecer várias críticas às mentalidades e à história serial, tal qual praticada por Pierre Chaunu e seus seguidores, esta foi a porta de entrada para Darnton dentro dos estudos com uma abordagem considerada *cultural*. Este seminário marcou, também, o contato inicial de Darnton com o trabalho intelectual de Clifford Geertz, antropólogo americano que também lecionava em Princeton. Como coloca Darnton, ao tomar conhecimento desta nova variação de história, praticada na França, Geertz teria afirmado: “isso parece antropologia”³⁶. Assim, os dois passaram a trabalhar juntos e, em 1976, o seminário sobre as *mentalités* havia se transformado em um seminário com o tema “História e Antropologia”, ministrado por ambos. A partir daí, a obra de Darnton se viu fortemente marcada pelo pensamento antropológico, que, segundo ele, está intimamente ligado ao

³⁵ DARNTON, 1986.

³⁶ DARNTON apud CARVALHO, José Murilo de. Entrevista com Robert Darnton. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, p. 389.

pensamento histórico: ambas as áreas buscam “interpretar as culturas”. Esta contribuição da antropologia segue na linha daquela desenvolvida por Geertz, juntamente com outros antropólogos como Victor Turner, Mary Douglas e Marshall Sahlins, que, como afirma Darnton, remontam ao pensamento de Max Weber e suas ideias de estudos das “visões de mundo” e dos “sistemas simbólicos”³⁷. Mas ele também reconhece a influência de historiadores que já haviam se arriscado pelas áreas da abordagem culturalista, especialmente Jacob Burckhardt, Johan Huizinga e Lucien Febvre.

Além dos autores citados, Darnton coloca como uma de suas principais influências o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu. Com a publicação de seu livro *O grande massacre dos gatos*, Darnton entrou em contato direto com Bourdieu, ao participar de debates com ele (estes debates são abordados na seção 2.3 deste trabalho) e, posteriormente, ao integrar o comitê editorial do periódico *Actes de la recherche en sciences sociales*, dirigido por Bourdieu. Assim, Darnton afirma que, apesar de nunca ter adotado a terminologia própria que Bourdieu criou em suas obras, seus conceitos e sua influência foram muito importantes para o pensamento de Darnton. Bourdieu foi, também, uma grande influência para o trabalho de Chartier, como será trabalhado na seção 2.2.2.

Com base então na trajetória institucional de Darnton, assim como em seu trabalho interdisciplinar com diversos autores – característica esta que ele sempre frisou em suas obras – podemos tentar estabelecer as bases teóricas sobre as quais construiu seu pensamento. Na introdução de *O grande massacre dos gatos*, Darnton estabelece um dos princípios que guia seu trabalho: o da história etnográfica. Segundo ele,

enquanto o historiador das ideias esboça a filiação do pensamento formal, de um filósofo para o outro, o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento³⁸.

Darnton coloca então que, seguindo as bases que haviam sido estabelecidas na França, sua pesquisa se insere dentro da análise das mentalidades. A sua contribuição a essa corrente, porém, se dá à medida em que ele afirma ser necessária uma abordagem diferente da que estava sendo usada, estritamente

³⁷ DARNTON apud CARVALHO, 2002, p. 389.

³⁸ DARNTON, 1986, p. XIV.

quantitativa. Considerando que a cultura não pode ser separada estatisticamente dos outros níveis de experiência (social, econômico, político etc.), ele se opõe a uma relação estrutural de causalidade entre a cultura e os outros níveis, estabelecendo assim sua crítica à *história serial ao terceiro nível* francesa. Para ele, existem certos elementos que não podem ser contados, eles precisam ser *lidos*. O historiador precisa buscar no texto, com suas características particulares, as bases de sua argumentação, e não (apenas) em uma serialização de dados estatísticos. Classificando a história como uma ciência interpretativa, ao lado da antropologia, ele busca unir a contribuição dos estudos seriais a uma interpretação dos sistemas de símbolos e significados em que os indivíduos de uma determinada época estão inseridos. De acordo com sua própria classificação, sua pesquisa busca compreender o modo como pessoas “interpretavam o mundo, conferiam-lhe significado e lhe infundiam emoção”³⁹. A partir de um documento considerado opaco, isto é, que o historiador a princípio não conseguiria “enxergar através dele” (interpretar), um sistema de significados poderia ser descoberto, um que fosse diferente daquele compartilhado por nós e que, justamente por essa “estranheza”, se mostraria rico para a interpretação. Esta ideia é tirada diretamente do trabalho de Geertz, apesar de Darnton não classificar seu livro especificamente como “geertziano”, mas sim que ele teria sido inspirado na antropologia de uma forma geral, na sua tentativa de estabelecer sua “história etnográfica”.

Ainda dentro das classificações, Darnton afirma que, durante sua trajetória intelectual, procurou construir uma “história social das ideias”, isto é, investigar a forma como as ideias circulavam dentro de uma sociedade. De acordo com sua própria definição:

Para se compreender o século XVIII e o Iluminismo precisamos, portanto, das duas coisas: de um lado, entender os textos lendo-os cuidadosamente, não esquecendo de buscar o que está nas entrelinhas, e, de outro, compreender os interesses econômicos e sociais que os rodeavam. Se se puderem juntar esses dois aspectos, então pode-se criar o que chamo de *história social das ideias*, pois nela as ideias não são tratadas como se vivessem na estratosfera, destacadas da realidade social. A vantagem desse tipo de história, no meu entender, é que pode provocar mudanças na história em geral e não só na história do Iluminismo, na medida em que mostra como as ideias se tornam parte do mundo diário, incluindo o mundo dos interesses econômicos [grifos nossos].⁴⁰

³⁹ DARNTON, 1986, p. XIII.

⁴⁰ DARNTON apud PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Robert Darnton. In: _____. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 257.

Com essa definição, ele, por um lado, criticou a abordagem de cunho marxista, que colocava a cultura como derivada da configuração socioeconômica (metáforas de base/superestrutura), assim como a abordagem quantitativa da história serial das mentalidades, que ele julgava ser incapaz de compreender elementos mais complexos de uma sociedade, como os seus símbolos e sistemas de significações. Para ele, a cultura não poderia ser considerada como um nível diferente do social, uma vez que toda a experiência da realidade é mediada por signos – esta ideia é compartilhada por Chartier. Seguindo nessa perspectiva, ele contestou a análise tradicional marxista da Revolução Francesa, que via nos conflitos socioeconômicos que começaram a surgir entre a burguesia e a nobreza a causa para o estopim da revolução – como ele coloca no capítulo 3 de *O massacre dos gatos*, intitulado “Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto”, o burguês tal qual idealizado pelos marxistas nem sequer podia ser encontrado na França do Antigo Regime. Por outro lado, ele se colocava também de maneira crítica frente a uma história intelectual das ideias, tal como a praticada pelos seguidores de Arthur Lovejoy, nos Estados Unidos. Para Darnton, os indivíduos operam dentro de um idioma geral, compartilhado por todos, uma estrutura fornecida pela cultura, dentro da qual os agentes podem, de fato, agir. Até mesmo os *philosophes* e homens de letra do Antigo Regime operavam dentro destes limites. Eles podiam “levar a linguagem aos seus limites”, mas até certo ponto, pois “além dela, jaz a loucura”⁴¹.

Nessa linha, Darnton se utiliza da definição de cultura colocada por Geertz em seu livro *A Interpretação das Culturas*:

[...] um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressadas de uma maneira simbólica, de maneira que os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes com relação à vida⁴².

Ele atribui papel fundamental, então, ao texto e à sua forma, uma vez que este, em sua organização, tornaria conhecível ao pesquisador uma ordenação da realidade, própria dos indivíduos das sociedades analisadas. É nessa perspectiva

⁴¹ DARNTON, 1986, p. XVIII.

⁴² [...] an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic form by means of which men communicate, perpetuate and develop their knowledge about and attitudes towards life. GEERTZ, Clifford apud CHARTIER, Roger. Text, Symbols, and Frenchness. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 57, n. 4, p. 682-695, dez. 1985.

que ele busca “captar a diferença” de um mundo mental que era diferente do nosso. Para sua empreitada, ele recorre a uma via de mão dupla entre o texto e o contexto, ou como ele coloca, entre um diagrama estrutural, compartilhado, e a análise dos elementos simbólicos presentes nos textos – daí todo o seu debate com Chartier a respeito do “símbolo” que será abordado na seção 2.3.4. Darnton foi, por diversas vezes, classificado como contextualista, como coloca Kirschner⁴³; a questão é que, de acordo com Kirschner, para Darnton, este contexto só poderia ser construído a partir do texto e de seus elementos, e não como uma realidade “além-texto” – é importante ressaltar aqui que apesar dessa posição, Darnton não foi um adepto do movimento do *linguistic turn*, como será retomado posteriormente neste trabalho: para ele, a realidade não é mediada apenas segundo as lógicas da linguagem; este problema aparece no trabalho do historiador, que, para interpretar um determinado período, está preso ao documento. É através dessa constante dialética, inerente à construção do conhecimento histórico, que o historiador deve transitar, a fim de conseguir abrir caminho por entre um universo simbólico diferente do seu, e captar os elementos de uma cultura a princípio estranha. O historiador precisa, então, ao mesmo tempo em que foge do anacronismo – o grande vilão de sua profissão, fugir do etnocentrismo combatido pelos antropólogos.

Darnton fala também sobre a influência da antropóloga americana Ruth Benedict em sua obra. Segundo ele, o conceito da autora de *patterns of culture* (padrões de cultura) foi uma das bases para a formação de seu livro *O grande massacre de gatos*. Assim, unindo as ideias de Benedict e Geertz, junto com as contribuições de autores clássicos como Weber e Burckhardt, Darnton buscou, em seu percurso, construir diagramas culturais dentro dos quais suas leituras documentais se inseriam, sem, contudo, se colocar dentro de uma corrente simplesmente “estruturalista”, que ele julgava ser de certa forma ultrapassada⁴⁴. No entanto, Darnton chegou a admitir, posteriormente, que enxerga um problema nesta tentativa de delimitar um quadro simbólico e cultural, compartilhado por uma sociedade e seus indivíduos, e que muitas vezes pode parecer mais coeso do que de fato é, afirmando que sua própria obra pode ter sofrido desse problema: “A nova geração de antropólogos, gente como James Clifford e James Boon, tem feito

⁴³ KIRSCHNER, Tereza. Robert Darnton. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁴⁴ DARNTON, 2010, p. 358-359.

críticas devastadoras dessa visão e creio que meu próprio trabalho sofre de uma ênfase exagerada na qualidade sistêmica dos sistemas de significado”⁴⁵.

Nos dois primeiros capítulos de *O grande massacre de gatos*, “Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe Ganso” e “Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua Saint-Séverin”, podemos observar a utilização desta conceituação teórico-metodológica explicitada por Darnton. O primeiro capítulo trata da interpretação do historiador americano sobre os contos populares que faziam parte do repertório dos camponeses no Antigo Regime, e o segundo é uma análise do relato de um ex-tipógrafo da França do século XIII sobre o episódio do massacre de gatos que ele vivenciou em sua juventude. Em ambos, Darnton tenta estabelecer o seu caminho entre os textos analisados e o contexto em que estavam inseridos, fazendo, para isso, uso de uma ampla série de documentos, recorrendo também ao uso das estatísticas, mas não se prendendo somente a elas, indo também para a análise textual.

No primeiro ensaio, Darnton tenta estabelecer a tese de que os contos populares da França possuíam uma base comum, que os distinguiu de suas versões encontradas em outros lugares, como a Itália, a Alemanha e a Inglaterra. Para ele, esta base comum seria um maior grau de realismo, fazendo com que os contos refletissem a dura realidade da vida dos camponeses franceses; por isso, os principais temas, encontrados ao longo da lista enorme de contos que ele apresenta, giravam em torno de elementos como a fome, o canibalismo, a mendicância, a elevação dos pobres contra os ricos, entre outros. Todos estes temas faziam parte do imaginário popular, ou do “mundo mental” dos camponeses, pois eram questões que eles tinham que lidar diariamente, em suas vidas. Assim, neste capítulo, Darnton recorre aos documentos estatísticos e às análises produzidas por historiadores sociais, numa tentativa de estabelecer um quadro geral da experiência dos camponeses, em que o seu costume de contação de histórias estaria inserido. A questão é que ele tenta ir além desta análise quantitativa, procurando compreender como esta realidade socioeconômica se relaciona com os sistemas de símbolos produzidos pelos camponeses, e de que forma estes mesmos sistemas, por sua vez, são modificados internamente com as próprias práticas dos contadores de histórias.

⁴⁵ DARNTON apud CARVALHO, 2002, p. 391-392.

No segundo capítulo, Darnton procura argumentar que o episódio do massacre de gatos organizado pelos tipógrafos da rua Saint-Séverin foi um grande jogo simbólico de sublevação dos trabalhadores contra o seu chefe burguês. Para esta análise, ele se baseia no relato de um dos tipógrafos que teria participado do acontecido, e que o relata em um livro escrito cerca de 20 anos após o episódio. O massacre dos gatos teria sido, então, de acordo com Darnton, uma oportunidade de os trabalhadores se revoltarem contra o seu patrão sem, contudo, dar justificativas a ele para a sua demissão. Para isso, eles teriam se utilizado de diversos elementos simbólicos, como os próprios gatos e práticas que eram comuns em rituais de carnaval e dos famosos *charivaris* franceses. Em sua interpretação, Darnton busca construir um quadro de significados em que os participantes daquele evento estariam inseridos. Assim, procura descrever os significados gerais, compartilhados pela sociedade do Antigo Regime, dos diversos elementos presentes na cena: a relação entre operários e burgueses, a figura do gato, o carnaval e os *charivaris*. A partir desta construção do universo mental daqueles personagens, que conta com o auxílio de uma documentação extra, Darnton advoga novamente pelo retorno ao texto, para a análise das formas simbólicas ali presentes e da forma como estas se relacionam entre si e com a sua estrutura.

Em suas obras, se utilizou também de um outro conceito tomado de Geertz: o da “descrição densa”. Como coloca Chartier, os dois primeiros capítulos de *O massacre dos gatos* mostram claramente a utilização desta técnica por Darnton⁴⁶. O historiador americano defende, então, esta característica metodológica, afirmando que ela não significa simplesmente o amontoamento de detalhes, “como se tratasse apenas de acrescentar mais descrição”. Para ele, ao se utilizar desta técnica, Geertz “constrói associações e ideias de maneira cuidadosamente trabalhada, de modo a fazer o leitor girar e girar em círculos hermenêuticos”⁴⁷. Existe aí, então, uma característica literária e uma preocupação com o estilo de escrita dentro da construção histórica de Darnton. No entanto, Darnton sempre se posicionou de maneira crítica ao movimento do *linguistic turn*, surgido na década de 1960 e muito popular dentro do meio acadêmico americano a partir da década de 1980. Como ele mesmo coloca, sempre foi influenciado por uma espécie de “empirismo britânico”, devido à sua formação e constante presença e trabalho na Universidade de

⁴⁶ CHARTIER, 1985, p. 685.

⁴⁷ DARNTON apud CARVALHO, 2002, p. 391.

Oxford⁴⁸, e, por isso, criticou a tendência crescente de misturar história e ficção. Por mais que a construção do conhecimento histórico esteja presa à narrativa, este conhecimento só pode vir de evidências encontradas nos documentos e nos arquivos, afirmando que “Como muitas outras pessoas, deploro a tendência atual de se misturar ficção e fato, e discordo daqueles que tomam liberdades com os dados sob o argumento de que a história requer uma inevitável dose de tropo”⁴⁹. Ele afirma então que, por mais parcial que seja, a história consegue chegar a “‘verdades’, com ‘v’ minúsculo” e, assim, foi um defensor do movimento modernista em oposição ao pós-modernismo que ele encontrava cada vez mais dentro do seu meio acadêmico⁵⁰.

Darnton foi, então, um advogado do que ele chama de “trabalho artesanal” do historiador: isto é, a sua pesquisa empírica nos arquivos. Para ele, esta é uma das etapas fundamentais do trabalho do historiador, que permite a ele e à comunidade controlar o conhecimento produzido pela história enquanto disciplina. A partir de suas descobertas na pesquisa é que ele afirma, então, ser capaz de construir e aperfeiçoar a sua análise e a sua construção dos padrões culturais. Segundo Darnton, o historiador chega nos arquivos com um conhecimento pré-concebido sobre o assunto, um quadro formado a partir do seu contato com outras análises do tema, e, ao se deparar com elementos novos nos documentos, modifica esse quadro, a fim de adaptar a investigação à realidade documental. Esta é uma das características que Darnton afirma ter herdado da sua carreira enquanto jornalista policial, que o obrigava a estar em constante contato com os arquivos das delegacias e a sempre averiguar cuidadosamente os fatos e as informações que publicava em suas reportagens⁵¹.

Dessa forma, Darnton procurou sempre manter contato com outras disciplinas para além da história, principalmente as ligadas às ciências sociais – sociologia e antropologia –, e foi um defensor da interdisciplinaridade dentro da produção historiográfica. Para ele, a construção de uma análise das mentalidades, ou dos “mundos mentais”, precisa se apoiar nos aportes teóricos da sociologia e das ciências quantitativas, assim como a análise dos sistemas simbólicos precisa se

⁴⁸ DARNTON apud PALLARES-BURKE, 2000, p. 250.

⁴⁹ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 62.

⁵⁰ C.f. KIRSCHNER, 2010, p. 290-294.

⁵¹ DARNTON apud PALLARES-BURKE, op. cit., p. 236-239.

utilizar das contribuições da antropologia, da análise literária e da semiótica. É transitando entre estas diferentes áreas do conhecimento, e se beneficiando de suas conceituações, que o historiador consegue construir um conhecimento verificável e evidenciável. Sua trajetória profissional, centrada entre as universidades de Princeton e Oxford, assim como seu extenso contato com outros profissionais das áreas afins – Geertz, Bourdieu, Chartier, entre outros – ou seja, seu *lugar* enquanto historiador, contribuíram para o desenvolvimento do seu pensamento e de suas obras.

2.2.2. Roger Chartier

A trajetória de Roger Chartier como historiador se insere dentro do cânone da historiografia francesa do século XX. Nascido em 1945, teve, em sua formação, estudos na *École normale supérieure de Saint-Cloud*, em Lyon, e posteriormente na Universidade de Paris. Em seu percurso profissional, trabalhou de 1978 a 2006 como palestrante na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, tendo sido nomeado diretor de estudos desta instituição em 1983; foi nomeado em 2007 para o prestigiado *Collège de France*, ocupando a cadeira de “Cultura Escrita na Idade Moderna”, que foi inaugurada exclusivamente para Chartier; e atua também como professor convidado na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, onde ministra cursos sobre a história da leitura e a cultura do livro. Fazendo parte das principais instituições de pesquisa em história da França, Chartier tem o seu nome vinculado à historiografia da escola dos Annales, tendo participado do empreendimento da Nova História francesa. Assim, teve grande influência de importantes autores franceses, especialmente Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Michel Foucault, como será explicitado mais adiante.

O seu interesse de pesquisa recai sobre a história dos livros e, posteriormente, a história das práticas de leituras, tendo se especializado no período moderno (séculos XVI-XIII), na França – nesse sentido, Chartier e Darnton compartilham do mesmo recorte histórico em suas pesquisas. O autor também dedicou boa parte de sua pesquisa a questões teóricas e de método dentro da pesquisa histórica, procurando contribuir para o debate e o desenvolvimento do campo da história cultural dentro da historiografia. Estando inserido dentro da

tradição dos *Annales* francês, Chartier desenvolveu o seu trabalho a partir do movimento do estudo das *mentalités*, liderado por autores como Jacques Le Goff, Georges Duby e Philippe Ariès. Contudo, ele dedicou boa parte de sua pesquisa e seus escritos a reformular – e talvez até superar – o conceito das mentalidades tal como empregada por esses autores. Para isso, Chartier se baseou em uma ampla bibliografia que contava com autores como, além dos já citados no parágrafo anterior, os sociólogos Norbert Elias, Émile Durkheim e Marcel Mauss.

De acordo com a definição dada pelo próprio Chartier, a história das mentalidades se constituiu na utilização das técnicas e metodologias da história social, tais como “a preferência dada à maioria, portanto à investigação da cultura considerada popular, confiança na cifra e na série, o gosto pela longa duração, a primazia concedida ao recorte socioprofissional”⁵², aplicadas a novos objetos de pesquisa, como “as atitudes diante da vida e da morte, os rituais e as crenças, as estruturas de parentesco, as formas de sociabilidade, os funcionamentos escolares, etc.”⁵³, se caracterizando, assim, como um retorno a princípios estabelecidos pelos fundadores dos *Annales*: “o estudo das aparelhagens mentais que a dominação da história das sociedades havia relegado um pouco ao segundo plano”⁵⁴. Frente a este paradigma, Chartier se posicionou a fim de reformular a metodologia aplicada a estes objetos. Inicialmente pertencente a uma historiografia social da cultura, ele advogou por uma história cultural do social – termos utilizados por ele próprio –, conservando seus objetos de estudo e sua preocupação com a longa duração, mas modificando sua concepção teórica e sua forma de análise⁵⁵. Em seu livro *História Cultural – entre práticas e representações*, publicado no fim da década de 1980, Chartier lança as bases para seu modelo de história cultural, afirmando que a escrita deste livro se deu face o seu descontentamento com relação à historiografia francesa do período, nas suas duas vertentes mais praticadas: a história das mentalidades e a história serial⁵⁶.

A ideia de “formalidades das práticas” (termo de Michel de Certeau), tanto de produção quanto de recepção, alterou a interpretação clássica das mentalidades. Em primeiro lugar, fazendo com que se levasse em consideração os discursos,

⁵² CHARTIER, 2002, p. 63.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ SILVA, Helenice da. Roger Chartier. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 304.

⁵⁶ CHARTIER, 1988, p. 13.

dentro de seus dispositivos próprios e suas estratégias. Por vezes, as categorias fundadoras de discursos podem ser contraditórias às mensagens em si, pois operam sob uma lógica diferente (não-discursiva). Em segundo lugar, fez com que os discursos fossem interpretados nas suas descontinuidades e discordâncias. Ao invés de uma mentalidade geradora de uma atribuição social unívoca, a análise passa para as especificidades das séries de discursos, considerando seus lugares de produção e suas condições de regulação que o controlam⁵⁷. Ao longo de sua carreira, o historiador francês procurou então definir este novo campo de investigação. Em seu entendimento, sua história cultural tem como principal objetivo o de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”⁵⁸. Uma análise desse tipo propõe que as classificações e divisões que estruturam a compreensão do mundo social são fundamentais na “percepção e apreciação do real”⁵⁹. Por isso, então, sua definição de história cultural *do social*: sua investigação busca a compreensão das representações do mundo social, que operam como classificações e exclusões próprias de um tempo e de um espaço, constituindo assim suas configurações conceituais. Além disso, ele postula que essas estruturas do mundo social não são objetivas e universais, assim como não o são as categorias intelectuais e psicológicas dos indivíduos: são, na verdade, produzidas historicamente pela articulação das práticas – discursivas e não-discursivas – que as configuram. Assim, observa-se aqui, primeiramente, a influência do pensamento de Elias, com seus conceitos de “configuração” social e “processo”, que, justamente, buscam compreender as formações das estruturas sociais a partir de seu desenvolvimento histórico, além de auxiliar Chartier a pensar as questões entre indivíduo e sociedade não como uma separação ou uma dependência causal, mas como uma relação. Para Elias, as estruturas fundamentais da personalidade “operam dentro de formas e lugares particulares e historicamente variáveis – os indivíduos são constituídos pelo social que se encontra neles”⁶⁰. Contudo, Chartier levanta a questão da insuficiência do conceito de “configuração” para a compreensão de sociedades mais complexas, por não considerar as lutas e conflitos simbólicos dentro de uma sociedade. Para solucionar esse problema, ele posteriormente passa a utilizar o conceito de “campo”,

⁵⁷ CHARTIER, 2002, p. 77.

⁵⁸ Ibid, p. 16-17.

⁵⁹ Ibid, p. 17.

⁶⁰ SILVA, 2010, p. 313.

desenvolvido por Bourdieu: “Em Bourdieu o conceito de luta social e simbólica supõe interdependências, pois estamos em um modo de pensamento relacional; ele é [no entanto] central e fundamental”⁶¹. Além do “campo”, o conceito de *habitus* também tem um lugar importante na obra de Chartier. Este conceito, pensado em sua concepção bourdiana, concede espaço às atividades inventivas dos indivíduos em suas vidas, que, com a incorporação do pensamento de Certeau e suas ideias de *estratégias* e *táticas*, leva Chartier a formular uma ideia própria de *apropriação*, que será discutida mais adiante, diferenciando-a da forma como é utilizada tanto por Foucault como pela hermenêutica de Paul Ricoeur. Apesar disso, nota-se a influência do pensamento de Foucault, ao menos no que diz respeito à análise genealógica dos discursos em suas rupturas, e não em suas continuidades, como era o caso das *mentalités*.

Ao postular o conceito de representação, a abordagem de Chartier procura ir além das lutas e conflitos socioeconômicos, focando-se nas lutas simbólicas travadas pelos grupos. O social, porém, não é abandonado, recebendo um “retorno útil”, uma vez que a abordagem cultural também busca compreender as estratégias simbólicas que constroem e determinam lugares e posições dentro da realidade “para cada grupo, classe ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade”⁶². Ele classifica então sua perspectiva cultural como uma forma de repensar e reformular as relações tradicionais formuladas, entre as principais correntes do século XX – como o marxismo, o estruturalismo e até mesmo as *mentalités* – “entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando”⁶³. Para ele, similarmente ao pensamento de Darnton, a divisão clássica entre três níveis da experiência – econômico, social e cultural – não se sustenta, uma vez que um de seus principais fundamentos é o “enraizamento social de toda cultura”⁶⁴. As posições ocupadas pelos agentes de fato existem, mas elas não são condicionantes a priori das diferenciações nos hábitos culturais. Dessa forma, Chartier demarca a sua permanência dentro da tradição social dos *Annales* e da importância do pensamento da sociologia para o seu pensamento, mas de uma maneira reestruturada. Esta importância pode ser identificada de duas formas: em primeiro

⁶¹ SILVA, 2010, p. 314.

⁶² CHARTIER, 2002, p. 73.

⁶³ CHARTIER, 1988, p. 27.

⁶⁴ SILVA, op. cit., p. 307.

lugar, a longa lista de autores da sociologia entre suas principais influências – Bourdieu, Elias, Durkheim, Mauss; além disso, é destacável a posição institucional que ocupa atualmente dentro da classificação do *Collège de France* – sua cadeira de estudos sobre a cultura escrita se enquadra dentro da área de “Ciências Sociológicas”, ao invés da área de “História e Literatura”⁶⁵.

De forma geral, o referencial teórico estabelecido por Chartier pode ser caracterizado pelos seus três conceitos básicos, como ele mesmo coloca em sua obra⁶⁶: representações, práticas e apropriações. Entender esses conceitos é, pois, fundamental para a compreensão do seu pensamento e de seu lugar em relação a outros pensamentos. A ideia de *representação*, de acordo com Chartier, possui duas linhas de significado, que ele identifica já presente no século XVIII ao analisar o famoso dicionário de Antoine Furetière:

[...] por um lado, a representação como dado a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém⁶⁷.

Assim, ele busca pensar na representação como a presença de algo que está ausente. Retomando o pensamento de Mauss e Durkheim, ele amplia a noção então para a de *representações coletivas* de uma sociedade, que ele julga ser melhor e mais completo do que o de *mentalidade*. A utilização deste conceito vem da tentativa, já mencionada, de superar a divisão tradicional entre determinismo das estruturas sociais e a ação livre do sujeito. Para tentar superar essa dicotomia, Chartier propõe analisar os sistemas de classificação e de percepção da experiência como “verdadeiras instituições sociais”, que definem e organizam o mundo a partir das representações coletivas. Por outro lado, é também importante ter em conta que essas representações operam como matrizes de práticas (discursivas ou não) que constroem e moldam o próprio mundo social. Seu conceito de representações coletivas se difere das mentalidades na medida em que busca compreender as construções simbólicas dos grupos sociais, assim como a afirmação (ou negação) de sua identidade social através das suas práticas e instituições. Por isso, coloca que a análise das representações precisa considerá-las sempre inseridas em um

⁶⁵ C.f. Collège de France, Writings and Cultures in Modern Europe. Disponível em: <https://www.college-de-france.fr/site/en-roger-chartier/>. Acesso em: 02 ago. 2017.

⁶⁶ CHARTIER, 1988, p. 27.

⁶⁷ Ibid, p. 20.

“campo de concorrências e competições”, que se expressam em questões de “poder e dominação”⁶⁸. Por mais que estas representações busquem um diagnóstico universal, baseada em suas próprias lógicas, elas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as constituem e remodelam. Desse modo, Chartier afirma: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, o seu domínio”⁶⁹. Estes confrontos se inserem em uma perspectiva de longa duração, visando uma hierarquização social (daí, novamente, o “retorno útil ao social” advogado por Chartier). É assim que elas operariam então como as bases para práticas e discursos que visam à construção do mundo social e à delimitação de identidades contraditórias – contraditórias pois funcionam nos jogos entre aceitação e negação das identidades próprias e dos outros. Por fim, Chartier coloca que as representações precisam ser tomadas em sua dimensão histórica, procurando nas suas rupturas e descontinuidades seu valor analítico.

A partir das representações, Chartier desenvolve um outro conceito central em seu pensamento: o de *apropriações*. Inicialmente, ele enfatiza que procura se afastar da ideia de apropriação tal qual utilizada por Foucault, no sentido de pensar as “apropriações sociais dos discursos” como uma forma de assujeitamento e controle por parte dos indivíduos e instituições. Nesse sentido, ele procura pensar de uma forma um pouco mais parecida com a hermenêutica de Ricoeur, mas ainda assim não se utilizando do conceito tal qual pensado pelo filósofo francês, procurando ao invés disso reorganizá-lo. Para Ricoeur, a apropriação dos discursos é um fenômeno que ocorre na prática da leitura, que possui um sentido hermenêutico de construção de sentido, na medida em que o leitor, dotado de seu próprio mundo – “mundo dos leitores” –, ao entrar em contato com o texto – também possuidor de um mundo, o “mundo do texto” – e atribuir sentido a ele, reconfigura sua própria existência fenomenológica (suas faculdades cognitivas). Estes conceitos de “mundo do leitor” e “mundo do texto” fazem parte do trabalho de Chartier, no ponto em que ele os pensa serem úteis para a construção de uma teoria da leitura adequada, que leva em conta as apropriações. Chartier, porém, coloca que o seu conceito de apropriação tem um outro objetivo. De acordo com sua própria definição,

⁶⁸ CHARTIER, 1988, p. 17.

⁶⁹ Ibid.

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar sim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas⁷⁰.

Assim, Chartier define seu conceito, à medida em que pensa as apropriações enquanto fenômenos históricos, marcados por uma configuração social e contra uma suposta universalidade das categorias fenomenológicas; e as pensa, também, enquanto um processo de significação que faz parte da própria prática de ler, ao invés de uma prática que vise ao controle das instituições e dos discursos.

Além disso, o historiador francês utiliza a ideia de *práticas* para tratar dos campos de atuação dos indivíduos, resultados das apropriações e das representações. A ideia de prática em Chartier tem, por um lado, influência do pensamento de Bourdieu, em especial o seu conceito de *habitus*. Para Bourdieu, “o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada”⁷¹. Essa conceituação, estabelecida por Bourdieu, visava também encontrar uma resposta para as divisões teóricas entre as estruturas objetivas determinantes e as ações subjetivas do sujeito livre e consciente. Assim, o seu *habitus* pressupõe um campo de inserção do agente, mas também dá espaço para a capacidade de “improvisação”, em certos casos inconscientes, dos indivíduos. Porém, Chartier de fato aprimora sua noção de prática ao incorporar a conceituação de Michel de Certeau de *estratégias* e *táticas*. De acordo com Certeau, as estratégias postulam “um *lugar* suscetível de ser circunscrito como algo próprio”⁷²; ou seja, são ações que, por estarem relacionadas a um lugar de poder, constroem “lugares teóricos” – sistemas e discursos próprios. As táticas, por sua vez, são caracterizadas justamente pela ausência de um lugar próprio, “a tática não tem lugar senão o do outro”⁷³. Elas operam, então, sub-repticiamente, “golpe por golpe”, se aproveitando das ocasiões e das brechas que lhe são favoráveis. De forma geral, como define

⁷⁰ CHARTIER, 2002, p. 67.

⁷¹ THIRY-CHERQUESS, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40(1), p. 27-55, Jan/Fev. 2006, p. 33.

⁷² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 99.

⁷³ CERTEAU, 1994, p. 100.

Certeau, “as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder”⁷⁴. Dessa forma, Chartier se utiliza das ideias de Certeau para pensar a predominância de certas representações sobre outras em cada sociedade. Ele busca também compreender as relações entre as práticas e o exercício do poder, pensando, a partir de suas mutações, “tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto aquelas das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas”⁷⁵.

A partir dessa conceituação, Chartier propõe então uma metodologia para a pesquisa histórica de cunho cultural, que seja tanto sincrônica quanto diacrônica, na linha proposta pelo historiador americano Carl Schorske, pois, à medida em que a primeira permite considerar o objeto de pesquisa inserido nas relações de seu tempo, a segunda permite considerar esse mesmo objeto em seu trajeto histórico. Ele não nega, então, uma busca pelo entendimento das relações entre os sistemas de representações e as posições sociais, mas não reduz o segundo ao primeiro, como se fosse dele diretamente derivado. Chartier propõe, assim, a perspectiva de delinear uma área social – sempre plural – onde *corpus* de textos circulam e são apropriados, e sua análise parte não dos grupos, mas dos objetos, das formas e dos códigos. Ou seja, ele não nega a existência de grupos sociais, eles ainda estão lá – mas eles não são o foco da pesquisa, nem o princípio fundador de toda a análise. O foco de sua pesquisa é compreender como um mesmo texto, que pode ser apresentado em formas materiais diferentes, pode ser “diversamente apreendido, manipulado, compreendido”⁷⁶. Chartier critica a abordagem que considera o texto como fechado em si mesmo, sem levar em consideração as formas e suportes que o fazem ser entregues aos leitores. Assim, propõe analisar dois conjuntos de dispositivos: os relacionados às estratégias e intenções do autor, e aqueles que resultam dos trabalhos editoriais e de circulação. Além disso, também atenta para uma teoria da leitura apropriada: para ele, “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro. É por essa razão que devem ser reconstruídas as maneiras de ler

⁷⁴ CERTEAU, 1994, p. 101.

⁷⁵ CHARTIER, 2002, p. 78.

⁷⁶ Ibid, p. 70.

próprias a cada comunidade de leitores [...]”⁷⁷. A leitura, para Chartier, é uma prática situada no cruzamento entre leitores competentes e textos dependentes dos dispositivos discursivos e formais⁷⁸. Nessa linha, Chartier propõe eliminar a divisão, recorrente não só na história, mas dentro das ciências humanas em geral, entre a objetividade das estruturas rígidas (que ele coloca como o campo de uma história “segura”, baseada nos documentos seriais e quantitativos) e a subjetividade das representações (que estaria supostamente ligada a uma história dos discursos e, portanto, distante do real). Assim, transforma sua trajetória, da história do livro para a história das práticas de leitura, e da história das mentalidades para uma “nova história cultural”. Como ele mesmo define,

Essa [...] trajetória responde a uma espécie de movimento dialético que, partindo de uma perspectiva sociológica da produção e da circulação dos livros, passando por uma dimensão antropológica e hermenêutica da apropriação dos textos, dirige-se a uma terceira dimensão, morfológica e material da análise dos objetos ou dos suportes da escrita. Em resumo, trata-se [...] de um duplo movimento que inscreve, a cada vez, um trabalho empírico diferente em uma [nova] inspiração metodológica⁷⁹.

Por fim, Chartier classifica, a partir das influências dos pensamentos de Certeau e Ricoeur, que o trabalho do historiador se encontra sempre “à beira da falésia”: isto é, entre a ciência e a ficção. De um lado, ele precisa obedecer a certas práticas que constituem a história enquanto uma disciplina e que permitem que o conhecimento produzido seja controlável. De outro, reconhece a inscrição do conhecimento histórico dentro da forma narrativa, e em suas implicações. Como Darnton, porém, recusa as ideias do *linguistic turn* que visam retirar da história palavras como “fatos” ou “verdade”. Partidário novamente das ideias de Certeau, ele estabelece que a história é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas que está limitada pelas imposições de seus procedimentos técnicos, das instituições e dos lugares sociais em que os historiadores estão inseridos, e sua característica narrativa.

⁷⁷ CHARTIER, 2002, p. 70.

⁷⁸ CHARTIER, 1988, p. 25-26.

⁷⁹ CHARTIER apud SILVA, 2010, p. 317.

2.3 ENTRE DARNTON E CHARTIER: DEBATES, DIÁLOGOS E OUTROS POSICIONAMENTOS

Com a publicação de *O grande massacre dos gatos*, um longo debate se iniciou entre Darnton e Chartier. Os debates aqui giram em torno de quatro temas centrais, separados neste trabalho para uma melhor exposição dos diálogos. Os quatro temas são, na ordem em que são tratados aqui: da historiografia e tradição historiográfica; da metodologia da pesquisa histórica; das considerações sobre a cultura; e do elemento simbólico na história. Para apresentar esta discussão, serão utilizados os seguintes textos: o capítulo 2 do livro de Darnton, intitulado “Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos da rua Saint-Séverin”⁸⁰; uma crítica ao livro publicada por Chartier no periódico *The Journal of Modern History*, em dezembro de 1985, com o título “Text, Symbols, and Frenchness” (o artigo não foi traduzido para o português, a versão aqui utilizada é a original escrita em inglês)⁸¹; um artigo que Darnton escreveu sobre o assunto após a crítica de Chartier, publicado também no *The Journal of Modern History*, em março de 1986, sob o título “The Symbolic Element in History” – esse artigo veio a ser incorporado, futuramente, em seu livro *O beijo de Lamourette*, compondo o capítulo 15 – História e Antropologia, que recebeu uma tradução para o português, aqui utilizada para a análise⁸²; e por fim, um debate entre Darnton, Chartier e Bourdieu que foi transcrito e publicado no periódico *Actes de la recherche en sciences sociales*, em setembro de 1985, com o título “Dialogue à propos de l'histoire culturelle” (este artigo também não tem tradução para o português, sendo aqui utilizada sua versão original em francês)⁸³.

2.3.1. Da historiografia e tradição historiográfica

Em sua obra *O grande massacre dos gatos*, Darnton faz uma crítica a uma forma de lidar com a história, que ele coloca como caracterizadora da historiografia

⁸⁰ DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos da rua Saint-Séverin. In: _____. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁸¹ CHARTIER, Roger. Text, Symbols, and Frenchness. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 57, n. 4, p. 682-695, dez. 1985.

⁸² DARNTON, Robert. História e Antropologia. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁸³ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 59, p. 86-93, set. 1985.

francesa, que foi proclamada por Pierre Chaunu e que estabelece a separação da experiência em três níveis (econômico, social e mental/cultural) e coloca a investigação cultural no terceiro nível, priorizando os documentos quantitativos e a análise serial de documentos – *história serial ao terceiro nível*, nas palavras de Chaunu. A cultura, de acordo com a perspectiva de Darnton, não poderia ser considerada como um nível separado dos outros dois, uma vez que estes níveis não podem ser diferenciados dessa forma – não existe, como diria tanto ele quanto Chartier, experiência fora do âmbito cultural. Assim, ele buscava reformular o estudo das *mentalités* ao atribuir importância aos conhecimentos advindos da antropologia e da semiótica, buscando então, mais do que contar os documentos, lê-los e interpretá-los a luz de seus elementos simbólicos.

Chartier, por sua vez, também foi um crítico da história serial, mas contesta Darnton em sua afirmação de que esta seria a representação da historiografia francesa no período em questão (década de 1980). Para ele, a história cultural tal qual praticada na França já se caracterizaria por uma outra problemática, “que é aquela dos usos e dos empregos plurais dos objetos culturais”⁸⁴; ou seja, a preocupação com as formas de funcionamento e apropriação dos elementos simbólicos e culturais. Como ele ressalta, isso não significa um abandono total das estatísticas seriais, uma vez que estas podem constituir uma boa forma de iniciar a pesquisa, através do rastreamento da distribuição dos materiais culturais. Chartier afirma, ainda, que o próprio Darnton se utiliza dessa metodologia em suas pesquisas. Mas o ponto de Chartier é de que a metáfora dos “níveis de análise”, que supostamente estruturariam a totalidade social, não pode ser considerada como uma maneira francesa de se fazer história. De fato, houve uma predominância durante certo tempo por esse tipo de análise, que ele coloca inclusive como uma “conveniência universitária”⁸⁵, que se apoiava na divisão clássica entre infraestrutura e superestrutura – mas esse paradigma era derivado diretamente do marxismo, e não se constituía como uma maneira exclusivamente francesa de historiografia. Ele também ressalta que seria difícil de se postular uma unidade conceitual ou metodológica capaz de definir a historiografia francesa ao até mesmo a escola dos *Annales*. Como Bourdieu lembra, existe uma genealogia histórica dos conceitos

⁸⁴ La pratique de l'histoire culturelle en ces dernières années est caractérisée plutôt par une autre problématique, qui est celle des usages, des emplois pluriels des objets culturels. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 88.

⁸⁵ [...] commodité universitaire [...]. Ibid, p. 90.

utilizados pelos historiadores, como por exemplo o de *mentalidade*, que é comum tanto a uma historiografia francesa quanto uma americana: os pensamentos de Kant, Durkheim, Cassirer, entre outros. Ao estabelecer uma distinção entre a antropologia à americana e as *mentalités* francesas, estaríamos introduzindo uma “diferença onde não há”⁸⁶. De fato, existem, segundo Bourdieu, questões estratégicas de lutas e confrontos entre escolas, mas, do ponto de vista das ideias, a diferença pode ser mínima.

Posteriormente, Darnton admitiu, no debate entre ele, Chartier e Bourdieu, que este tipo de história cultural quantitativa estava em voga nas décadas anteriores, mas que não constituía mais o representante da história cultural francesa⁸⁷. E, na linha do que foi colocado por Chartier, reconhece também que sua obra conta com uma dose de análise estatística. O que ele define, então, são, antes de escolas nacionais, um “debate que separa os membros da república das letras”⁸⁸, como acontece dentro mesmo dos Estados Unidos, por exemplo: de um lado, a antropologia durkehimiana de Mary Douglas, e de outro, a antropologia weberiana de Clifford Geertz. A questão central gira em torno do tratamento e das bases epistemológicas atribuídos aos elementos culturais nas diferentes formas de abordagem.

2.3.2. Da metodologia da pesquisa histórica

Inicialmente, Darnton estabelece as bases de sua argumentação afirmando se utilizar de conceitos antropológicos, advindos de seu trabalho junto com Clifford Geertz, para compreender uma cultura, buscando assim captar e decifrar um “sistema estranho de significação”. A partir dessa ideia é que ele busca então tentar compreender o elemento “engraçado” naquela ocasião do massacre dos gatos dos tipógrafos da rua Saint-Séverin, elemento este que nos foge inicialmente, pela “opacidade” do documento, mas que, após uma investigação do universo simbólico daquela sociedade, em que aqueles indivíduos se encontravam inseridos, pode ser compreendido. Este é um ponto importante da tese de Darnton: ele pensa o universo simbólico enquanto um sistema, uma “estrutura referencial”, que dá significado à

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 88-89.

⁸⁷ Ibid, p. 89.

⁸⁸ Je ne vois pas d'opposition d'école nationale à école nationale, mais un débat qui partage tous les membres de la République des lettres. Ibid.

experiência; assim, procede em sua pesquisa à investigação do simbolismo popular, que explicaria então o porquê da escolha dos gatos, das encenações e, finalmente, do riso. Darnton buscou, em seu trabalho, “entrar nos mundos simbólicos do Antigo Regime” – esta é, segundo ele, a definição de sua história de veia antropológica, ou simplesmente “história cultural”. Ele se utilizou das mais diversas fontes que, em seu cruzamento, levavam ao mesmo problema por ele colocado: como pensar o universo simbólico daquele período?⁸⁹ O objeto de seu livro era, então, confrontar a opacidade dos documentos, desde contos populares dos mais diversos até as cartas trocadas pelos leitores de Rousseau, passando por um relato de massacre de gatos e a Enciclopédia de Diderot e d’Alembert, afim de adentrar no universo dos símbolos da França oitocentista.

Como constatado por Chartier⁹⁰, Darnton se utiliza massivamente da técnica de interpretação desenvolvida por Geertz, a “descrição densa” (*thick description*, no original). Ele busca, então, em boa parte de sua análise, explorar as diferentes significações às quais os elementos encontrados no episódio do massacre eram associados na sociedade do Antigo Regime francês. O autor percorre diversos temas, se utilizando de documentação externa ao relato do massacre para tal: começa pelas relações entre patrões e empregados, e os diferentes universos que estas duas classes passavam cada vez mais a habitar, em contraposição a um universo compartilhado que estava ficando para trás, e que trazia um certo ar de nostalgia para os operários; explora o imaginário popular com relação ao gato, um animal rico em significações atribuídas a ele: o relacionavam com feitiçaria e bruxaria, com a sexualidade, com o interior da casa burguesa, ao receber o status de animal *doméstico*, e a sua representação direta do seu dono (ele cita o exemplo do conto popular *O gato de botas*); investiga também os diferentes ritos utilizados pelos tipógrafos no episódio, como a simulação de um julgamento e condenação dos gatos, seguidos por seu enforcamento, as músicas grosseiras e barulhentas tocadas pelos operários, entre outros, e os associa a diversas tradições festivas comuns ao período: o carnaval, o *Mardi Gras* – Terça-feira de Carnaval, quando um boneco de palha, simbolizando o “Rei do Carnaval”, era julgado e executado em público –, e os *charivaris* – passeatas que, ao som de músicas “grosseiras”, tinham como objetivo ridicularizar e humilhar as consideradas infrações das normas de um casamento:

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 87.

⁹⁰ CHARTIER, 1985, p. 685

maridos enganados e traídos, maridos que apanhavam de suas esposas, mulheres casadas com homens mais novos, etc.

Ao delimitar uma espécie de quadro ou matriz de significados, que comporiam uma “atmosfera de costumes e crenças tradicionais, que envolvia tudo”⁹¹, Darnton dá à sua análise grande importância às categorias conceituais que seriam utilizadas por aqueles indivíduos. Para ele, estas categorias – de animais, de rituais, de relações de trabalho, etc. –, que não seriam criadas pelos indivíduos, mas nas quais eles estariam imersos, dão significado às experiências vividas por eles. Os trabalhadores da tipografia seriam capazes então de “jogar” com os temas de sua cultura: a expressão “jogar com a cultura” é utilizada com frequência pelo autor, deixando clara então a sua perspectiva de abordagem, que procura inserir os sujeitos dentro de quadros mais amplos. Esta abordagem mostra a influência, na sua obra, de duas perspectivas que Darnton critica em outros textos, mas cuja importância se faz presente no *lugar* ocupado por ele: a história das mentalidades e o estruturalismo. Antes de rejeitar completamente estas, Darnton reconhece suas contribuições e coloca suas bases ali, apesar de procurar desenvolver o seu pensamento para além delas, incorporando as contribuições dos seus estudos de antropologia e semiótica⁹².

Estas contribuições aparecem na afirmação de Darnton de que, ao se conceituar esse diagrama de significações dos elementos e de se considerar o peso da tradição nos possíveis significados atribuídos, a análise do historiador precisa então retornar ao texto, para que a partir dele se possa delimitar com mais precisão os significados de fato utilizados pelos seus personagens. Em suas palavras, os objetos culturais “[...] precisam ser lidos, e não contados”⁹³. Nessa questão, ele reconhece a dificuldade inerente ao trabalho do historiador, que é a sua relação com a fonte. No seu caso, sua fonte é um texto escrito por um antigo tipógrafo francês que diz ter vivenciado os acontecimentos; o problema é que seu texto é escrito cerca de vinte anos após o suposto massacre ter acontecido. Ainda assim, Darnton diz que este texto é rico para a análise, uma vez que, mesmo que o autor tenha organizado os acontecimentos a partir de suas intenções e significações, estas estão de fato

⁹¹ DARNTON, 1986, p. 124.

⁹² DARNTON, 2010, p. 338.

⁹³ They need to be read, not counted. DARNTON apud CHARTIER, 1985, 683.

atreladas à sua cultura, “tão naturalmente como inspirava o ar da atmosfera em torno”⁹⁴ – esta frase em específico será alvo de crítica por parte de Chartier.

É a partir dessa ideia então que Chartier estabelece a sua crítica à análise de Darnton. Aqui ele retoma uma crítica feita a uma perspectiva que ele mesmo já se utilizou, mas que abandonou ao longo de sua trajetória intelectual: a da história social da cultura. Para ele, o grande problema dessa abordagem é que ela falha em identificar um “idioma geral” falado por todos, uma vez que este idioma não existe. Ao reconhecer isso, Chartier migra então para o que ele classifica como uma história cultural do social, focada na análise das relações entre as práticas e as representações dos indivíduos e grupos sociais para com o seu mundo. O historiador francês recai ainda na questão do texto a que o evento está submetido, uma vez que ele só pode ser conhecido através do relato de um dos tipógrafos que diz ter participado do evento. Ele estabelece uma diferença entre duas lógicas, uma lógica da ação e uma lógica do texto, se opondo à ideia de Geertz (apropriada por Darnton) de que “ação é texto”⁹⁵. Assim, em sua análise, o historiador precisa pensar sobre as intenções daquele texto e a forma como ele *funciona*, ao invés de pensar no que ele *significa*. Por fim, Chartier resume sua crítica em uma metodologia para análise de textos:

[...] em primeiro lugar, considerar o texto como um texto e tentar determinar suas intenções, suas estratégias, e os efeitos produzidos pelo seu discurso; em seguida, evitar supor um valor completo e estável nas suas escolhas léxicas, mas sim levar em conta os investimentos e desinvestimentos semânticos de seus termos; finalmente, definir as instâncias de comportamento e os rituais presentes no texto relacionados ao modo específico que eles são reunidos ou produzidos por uma invenção original, ao invés de categorizar eles com base nas semelhanças remotas com formas codificadas dentro do repertório da cultura popular ocidental.⁹⁶

Darnton reconhece também o caráter textual de sua fonte, e os problemas que isto traz à análise. Porém, ele afirma que o escritor, ao produzir um texto, procura passar uma mensagem, que só poderá ser recebida de acordo com o quadro geral em que seus elementos estão inseridos. A inteligibilidade de um texto e

⁹⁴ DARNTON, 1986, p. 133.

⁹⁵ BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 102.

⁹⁶ [...] first, to take the text as a text and to try to determine its intentions, its strategies, and the effects produced by its discourse; next, to avoid supposing a stable, full value in its lexical choices, but to take into account the semantic investment or disinvestment of its terms; finally, to define the instances of behavior and the rituals present in the text on the basis of the specific way in which they are assembled or produced by original invention, rather than to categorize them on the basis of remote resemblances to codified forms among the repertory of Western folk culture. CHARTIER, 1985, 695.

a transmissão de uma mensagem dependem de um sistema compartilhado de sentidos e significações, comum a uma sociedade ou cultura; assim, um texto não dá conta de relatar todas as informações de determinado evento, mas sim de mostrar como este evento foi significado por seus participantes ou observadores. Darnton estabelece então seu caminho metodológico, ao ir e vir entre a narrativa e a documentação em torno dela, entre texto e contexto. Mas ele busca ir além disso: “É um esforço para pensar o outro, para se transportar dentro de um sistema cultural onde o sentido das palavras e das coisas nos escapa continuamente”⁹⁷.

Ele afirma ainda que procurou tratar, conscientemente, os documentos a sua disposição da mesma forma, fossem eles pertencentes ao mundo camponês e em sua maior parte iletrado, ou vindos diretamente dos escritos dos *philosophes*, procurando assim reivindicar a separação clássica entre cultura popular e cultura erudita. Darnton defende que o massacre foi “tão complexo quanto um poema” e que merecia ser tratado da mesma maneira. Ainda assim, ele admite um certo problema aqui, tal qual colocado por Chartier e Bourdieu no debate⁹⁸, ao reconhecer que o poeta, o artesão e o camponês ocupam posições em campos de produção diferentes. Darnton explica que, apesar de talvez ter falhado quanto à clareza de sua exposição, a estratégia seguida em seu livro foi de adentrar campos de produção específicos, partindo do universo compartilhado pelos camponeses até chegar ao mundo dos intelectuais em Paris. Durante esse processo, ao invés de contar os autores, suas obras, ou seus temas, ele procurou compreender o que certos conceitos, como o de “autor” e o de “perigo”, significavam para aquela sociedade. Diderot e d’Alembert foram considerados autores “perigosos”, segundo a análise de um inventário de polícia feita por Darnton⁹⁹, apesar de nunca terem escrito contra o rei ou o reino. De onde viria esse perigo então? Para ele, está justamente na constituição de novas categorias de conhecimento. Ao organizar a sua “árvore do conhecimento”, a Enciclopédia postulou uma maneira nova de organização do conhecimento, e logo, da realidade, uma maneira que não seguia as linhas da

⁹⁷ C'est un effort pour penser l'autre, pour se transporter dans un système culturel où le sens des mots et des choses nous échappe continuellement. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 89

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ DARNTON, Robert. Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da República das Letras. In: _____, 1986.

ortodoxia cristã predominante no reino da França, a colocando para “além da razão” – nos termos colocados por Bourdieu no debate, uma “Revolução Cultural”¹⁰⁰.

Bourdieu coloca que o principal problema metodológico consiste em como lidar com um sistema simbólico: deve-se tratá-lo como autossuficiente, ou deve-se relacioná-lo com alguma outra coisa? Segundo ele, os autores costumam se dividir em duas vertentes: de um lado, há os que consideram que a cultura é um texto, que no fim tudo é texto, numa espécie de “pansimbolismo”, “em que tudo simboliza tudo, como disse Leibniz”¹⁰¹, e a pesquisa pode partir de qualquer lugar, como o estudo da organização domiciliar ou das práticas culinárias, para chegar em qualquer outro lugar, como as estruturas sociais ou as relações de parentesco. Do outro lado, estão os que costumam analisar as estruturas mentais baseados na ideia de que o significado do mundo deriva das estruturas socioeconômicas. Para suscitar o debate, ele questiona a possibilidade de se romper com essa dicotomia, propondo que as duas vertentes possam trabalhar juntas, rompendo “tanto com a teoria do reflexo, que enxerga sistemas simbólicos como expressões transfiguradas das realidades econômicas e sociais” quanto com a “pansemiologia”¹⁰². Em resposta ao questionamento de Bourdieu, Darnton concorda que deve-se evitar um tipo de semiologia que “invade tudo e reduz tudo a uma forma de idealismo”¹⁰³. Com isso, ele afirma que não acredita ser esse o ponto da antropologia desenvolvida por Geertz, e por consequência, o seu projeto de pesquisa. Não se trata de pensar os sistemas de símbolos e comunicação e as culturas como “suficientes”, mas sim na linguagem, “através da qual o poder, as relações sociais e econômicas são expressas. É uma forma de pensar a cultura, não distanciada e diferenciada das outras coisas, mas sim profundamente inscrita no social”¹⁰⁴. Dessa forma, o pensamento de Darnton está ligado a uma noção de *interpretação*, em contraposição à de *análise*: para ele, o papel central do historiador da cultura é *interpretar* os documentos a sua disposição, a fim de buscar o significado contido ali – é, de fato, uma *interpretação das culturas*, para utilizar a expressão famosa da

¹⁰⁰ Une révolution culturelle. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 91.

¹⁰¹ [...] où tout symbolise avec tout, comme disait Leibniz [...]. Ibid, p. 92.

¹⁰² Ce qui suppose que l'on rompe à la fois avec la théorie du reflet pour voir dans les systèmes symboliques des expressions transfigurées des réalités économiques ou sociales et avec la pansémiologie. Ibid.

¹⁰³ [...] qui envahit tout et qui se réduit à une sorte d'idéalisme. Ibid.

¹⁰⁴ [...] mais comme une langue, de laquelle le pouvoir, les rapports sociaux et l'économie s'expriment. C'est une façon de penser la culture, non comme distanciée et différenciée de ces autres choses, mais bien au contraire comme intégrée profondément dans le social. Ibid.

obra de Clifford Geertz. Isso não significa, uma vez mais, que Darnton seja um adepto da virada linguística, movimento que coloca a linguagem como a única mediadora e construtora da realidade; ele, assim como Chartier, reconhece a existência de outros elementos, tais como sociais e econômicos, porém busca definir nos termos da interpretação dos significados o seu trabalho de historiador.

Em contraposição a isso, Chartier argumenta que essa questão leva a um outro problema: o de considerar os gestos, as práticas e até mesmo os contos “contados” no Antigo Regime como “textos”. Ele faz a seguinte pergunta: “É possível qualificar como texto tanto o documento escrito, o único traço de uma prática antiga, e a prática em si?”¹⁰⁵. Ele argumenta então pela não confusão de duas lógicas distintas, uma que organiza as expressões escritas e outra que articula as produções do “sentido prático”. Para ele, é arriscado utilizar expressões como “texto” e “leitura” ao se referir a elementos que só podem ser compreendidos através do material escrito. Assim, o massacre dos gatos de Darnton não pode ser a “briga de galos de Bali” da qual Geertz trata em seu trabalho¹⁰⁶: o historiador, ao contrário do antropólogo, está limitado ao texto, ele é “tributário de uma narrativa já produzida, um texto que já está lá, investido com propósitos específicos e que, apesar de exibir o evento, constitui um efeito de escrita”¹⁰⁷.

Como resposta, Darnton afirma que ele não adere à fórmula de que “tudo é texto”, que, para ele, parece vir na verdade de autores franceses, como Roland Barthes, Paul Ricoeur e Louis Marin. De sua parte, ele pretendeu, mais uma vez, adentrar no estudo de contos e ritos populares partindo da premissa de que camponeses e operários seriam tão capazes de manipular um mundo simbólico quanto os intelectuais de Paris. Assim, sua ideia de partir do documento opaco não constituiria uma metodologia de pesquisa em si, capaz de abrir caminho por mentalidades desconhecidas, mas sim um ponto de partida, onde o historiador pode se situar antes de partir para a análise documental mais densa. É um “convite para viajar”, em suas palavras. Ao estar imerso no documento, aí sim o historiador

¹⁰⁵ Mais peut-on qualifier également comme texte et le document écrit, seule trace d'une pratique ancienne, et cette pratique elle-même ? BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 92.

¹⁰⁶ GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

¹⁰⁷ [...] l'historien est tributaire d'un récit déjà fait, d'un texte déjà là, investi de finalités spécifiques et qui, tout en exhibant l'événement, le constitue comme effet d'écriture. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, op. cit., p. 92.

poderia afirmar que “tudo é texto”, mas apenas a partir daí. Darnton define, então, que em sua estratégia, ele parte de uma abordagem semiótica para uma sociológica.

2.3.3. Das considerações sobre a cultura

Em seu artigo “Text, Symbols, and Frenchness”, Chartier começa sua análise da obra de Darnton estabelecendo as premissas básicas desta. É interessante notar que algumas das considerações a respeito da obra do historiador americano também se encaixam dentro do trabalho conceitual de Chartier, especialmente aquelas relacionadas à crítica de Darnton à história serial das mentalidades: inicialmente, a ideia de que o historiador cultural precisa estar apto a ler os textos, e não somente classificá-los ou contá-los; em segundo lugar, Chartier constata que, para Darnton, a cultura não pode ser considerada um nível de análise, ao lado, porém separado, do econômico e do social: todas as relações entre os indivíduos são de uma natureza cultural, até mesmo as que os historiadores costumavam considerar “econômicas” ou “sociais”. Este ponto de vista é compartilhado por Chartier em sua obra, ponto este que ele usa para contestar a afirmação generalizante de Darnton de que todos os historiadores franceses estariam imersos na história serial e quantitativa.

A primeira contestação de Chartier está ligada à definição de Darnton de um estilo ou uma cultura francesa, que Chartier chama de “Frenchness”. Em sua investigação, Darnton busca, ao longo de seu livro, compreender o que ele considera um estilo francês (na análise dos contos populares do Antigo Regime, no episódio do massacre dos gatos, na epistemologia da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert etc.). Porém, como Chartier afirma, Darnton também caracteriza a sua obra a partir da ideia de que o passado é estranho em relação ao presente, e por isso não compreendemos certos eventos ou fenômenos dos séculos anteriores, e coloca nisso assim a justificativa para a sua obra, a de tentar tornar essa compreensão possível. Existe aí, então, um problema lógico, segundo Chartier: ou essa continuidade de um estilo cultural francês existe, o que no caso resultaria em uma semelhança entre os modos de pensar e viver entre os séculos anteriores e o atual; ou os modos de pensar do passado são estranhos a nós, o que no caso significaria uma não-continuidade no “estilo cultural francês”. O que Chartier afirma

então é que a “Francesia existe, *sans doute*, mas certamente não como uma entidade que perpassa os séculos”¹⁰⁸.

Darnton afirma que ao empregar o termo *Frenchness*, ele tinha a intenção de provocar um questionamento: “existe uma longa duração cultural?”¹⁰⁹. Para ele, isto não é incompatível com a noção de opacidade perante o documento, uma vez que os inúmeros elementos de uma determinada cultura operam sob tempos diferentes, numa relação entre permanência e ruptura. Assim, o passado se constitui a partir de suas diferenças para com o tempo presente do historiador, mas é possível identificar certos traços e semelhanças nele, que caracterizam o presente como derivado do passado. Ele coloca que sempre gostou da metáfora conceitual de “utilização mental” utilizada por Lucien Febvre, mas que ela é insatisfatória para ele. O problema deste conceito seria seu “engessamento” da cultura, a tratando como se fosse algo estático, que poderia ser inspecionado, catalogado e inventariado. Para ele, todo o processo da análise cultural está baseado no dinamismo das atividades realizadas pelos agentes históricos, a fim de “fabricar um sentido, apropriando-se de signos e símbolos postos à nossa disposição pela sociedade”¹¹⁰. Nesse sentido, a conceituação metodológica pensada por Darnton se assemelha bastante àquela pensada por Chartier, mais especificamente a sua noção de *apropriação*.

Na continuação do debate, Bourdieu segue o raciocínio na mesma linha, mas postula uma outra problemática. Segundo ele, afirmar a autonomia da cultura, enquanto um sistema dotado de sua própria coerência, não basta. A questão é como proceder na relação entre os sistemas culturais e o “mundo social” no qual eles estão inseridos e são produzidos. Assim, Bourdieu a coloca como um “grande debate”: segundo ele, na história da arte e da literatura, a questão sempre foi colocada entre uma análise “interna”, estrutural e semiológica, e uma “externa”, concernente aos aspectos socioeconômicos. Por outro lado, o que comporia o aspecto “social” da análise? Seria a consideração do “espaço social” como referentes às “posições sociais”? O próprio Geertz, de acordo com Bourdieu¹¹¹, afirmou essa necessidade de se pensar as mensagens simbólicas dentro de seus

¹⁰⁸ CHARTIER, 1985, 687.

¹⁰⁹ J'ai employé le terme *Frenchness* comme une boutade, une provocation, et une interrogation : existe-t-il une longue durée culturelle ? BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 88.

¹¹⁰ [...] l'effort pour s'exprimer et fabriquer un sens en s'appropriant les signes et les symboles mis à notre disposition par la société. Ibid.

¹¹¹ Ibid, p. 89

sistemas de produções. Nesse ponto, Darnton e Chartier compartilham dessa abordagem, uma vez que seu trabalho, por mais que possa ser definido pelo adjetivo “cultural”, jamais perdeu o elemento “social” ou “econômico” de vista, fugindo assim das linhas traçadas pelo movimento acadêmico do pós-modernismo, popular tanto na França quanto nos Estados Unidos. Por outro lado, procuraram expandir a análise social ao não se limitarem a uma visão marxista de infra/superestrutura – e, corolariamente, da cultura como derivada diretamente do social – e ampliarem as categorias sociais para além daquelas propriamente econômicas ou profissionais.

2.3.4. Do elemento simbólico na história

A crítica de Chartier ao trabalho de Darnton se apoia ainda em outro elemento central, importante para este trabalho: os símbolos e os universos (ou sistemas) simbólicos. Ao contrário de Darnton, Chartier afirma que é arriscado afirmar que os símbolos são compartilhados da mesma forma que o ar que respiramos, para utilizar a comparação criada por Darnton. Os símbolos são, para ele, “instáveis, móveis, ambíguos”¹¹². Nem sempre é possível decifrar um símbolo a partir do contexto geral em que ele está inserido, e com isso ele contesta a ideia de que os tipógrafos da rua Saint-Séverin compartilhavam de um sistema simbólico que foi usado para a criação do seu massacre de gatos. Este sistema requereria, para Chartier, uma coerência e uma interdependência entre os símbolos, que por sua vez precisariam de um universo simbólico unificado e compartilhado, o que não pode ser atestado.

A argumentação de Chartier se baseia na definição que ele constrói de “símbolo”. Ele atenta para a importância, em uma empreitada que busca compreender e reconstruir as formas com as quais os homens do século XVIII concebiam e expressavam o seu mundo, de resgatar as definições dos conceitos utilizados pelos próprios indivíduos do passado. Para isso, ele traz a definição do verbete “símbolo” encontrada no dicionário de Antoine Furetière (um dos mais famosos do período), na edição de 1727. O dicionário aponta para a noção de *representação* presente em um símbolo. Para Chartier, então, o símbolo sem dúvida é um signo. A questão, porém, é que nem todo signo é um símbolo. Para que essa relação ocorra, um elemento é imprescindível: a ideia de *representação*: “Para que

¹¹² CHARTIER, 1985, p. 689.

possa ser qualificado como 'simbólico', a relação entre o signo e o que ele torna conhecível para nós, que é invisível, supõe que este signo está sendo colocado no lugar da coisa representada, que ele é o seu representante"¹¹³. Assim, nem todos os signos possuem necessariamente uma relação de representação, não os tornando assim um símbolo; nem todos os signos manipulados em uma cultura, então, podem ser tratados como símbolos, e é esta relação de representação não-estável que deve ser o foco de estudo. Chartier atenta, também, para o problema de se considerar o símbolo a partir de uma definição "larga", tal qual a de Geertz, que considera o símbolo como "qualquer objeto, ato, evento, qualidade ou relação que sirva como base para uma representação"¹¹⁴, pois esta afetaria a sua compreensão à medida que seu escopo escaparia do alcance da análise, e assim defende que essas definições antigas constituem um conceito melhor em seu sentido operativo, fundado justamente na base da relação de representação. Ele ainda concorda com o questionamento feito por Bourdieu no debate, que atenta para a necessidade de distinção entre "formas simbólicas, estruturas mentais, sistemas internalizados de classificação" de um lado", e de outro, "símbolos objetivados, na forma de práticas, rituais em particular, ou objetos religiosos, artísticos etc."¹¹⁵.

Em sua resposta, Darnton afirma que a definição trazida por Chartier do dicionário de Antoine Furetière, um homem altamente letrado, não poderia dar conta do universo experienciado pelos operários. Aqui, Darnton, apesar de afirmar que procurou romper com esta distinção, parece ainda manter a divisão entre cultura popular e cultura da elite, noção esta que Chartier contesta em suas obras¹¹⁶. Além disso, Darnton procura problematizar a definição trazida pelo dicionário, principalmente em um ponto específico: Furetière afirma que o símbolo é uma "Figura ou imagem que serve para designar alguma coisa, tanto por meio de pinturas ou esculturas, quanto por meio do discurso. O leão é o símbolo do valor; a bola o da

¹¹³ In order to be qualified as "symbolic," the relation between a sign and what it makes known to us, which is invisible, supposes that this sign is put in the place of the thing represented, that it is the representing thing. CHARTIER, 1985, p. 688.

¹¹⁴ « [...] tout objet, acte, événement, qualité ou relation qui sert de support à une représentation ». GEERTZ apud BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 91.

¹¹⁵ Ne faut-il pas distinguer entre les « formes symboliques », les structures mentales, les systèmes de classement intériorisés d'une part, et les symboles objectivés, sous forme de pratiques, rituelles notamment, ou d'objets, religieux, artistiques, etc. ? Ibid.

¹¹⁶ CHARTIER, Roger. "CULTURA POPULAR": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

inconstância; o pelicano o do amor eterno”¹¹⁷. Darnton afirma que os antropólogos, em geral, procuram trabalhar com um conceito diferente de símbolo, ao qual ele se alinha. Para ele, os símbolos carregam múltiplos sentidos, e eles são interpretados de diferentes modos por diferentes indivíduos. As pessoas precisam “percorrer uma floresta de símbolos”¹¹⁸ em sua vida cotidiana; mesmo as relações ditas econômicas, políticas ou sociais são mediadas por signos. Alguns destes signos podem ter um valor diretamente representativo, como no caso da cor preta simbolizando a morte, mas a maioria deles é fluido, são “livres de suas amarras sensoriais e flutuam entrecrocando-se, convergindo para configurações que encarnam várias ideias ao mesmo tempo”¹¹⁹. Nesse ponto, o pensamento de Darnton na verdade se aproxima com o de Chartier, se considerarmos a definição já trazida anteriormente por este de que os símbolos são elementos instáveis e ambíguos, e não são dotados de uma coerência interna. Como Chartier coloca, eles são lidos e interpretados de diferentes maneiras, de acordo com as representações dos grupos sociais.

Posteriormente, Chartier ainda recai sobre a concepção de um “sistema simbólico compartilhado”, afirmando que a manipulação das mesmas formas não necessariamente significa um entendimento compartilhado, e que a metáfora utilizada por Darnton de que os símbolos seriam “como o ar que respiramos” é demasiado arriscada. Ele argumenta que o próprio Darnton estabelece uma distinção, no capítulo um de *O grande massacre dos gatos*, entre os contos populares na forma como eram contados pelos camponeses (e compilados posteriormente pelos estudiosos do folclore francês) e nestes mesmos contos da maneira como foram transformados em literatura por Perrault, no século XVII. Além disso, se o episódio do massacre dos gatos foi divertido para os tipógrafos em razão da sua habilidade de “jogar” com os símbolos, fazendo com que seu patrão não compreendesse totalmente o evento e assim não os punisse, então não se pode afirmar que os símbolos são totalmente compartilhados por uma sociedade.

Em resposta à crítica de Chartier, Darnton afirma ainda que não costuma se utilizar de definições em sua abordagem cultural, mas que se fosse necessário

¹¹⁷ Figure or image that serves to designate something, either by means of painting or sculpture, or by discourse. The lion is the symbol of valor; the ball that of inconstancy; the pelican that of eternal love. FURETIÈRE, Antoine apud CHARTIER, 1985, p. 688.

¹¹⁸ DARNTON, 2010, p. 341.

¹¹⁹ Ibid, p. 342.

elaborar uma, a faria considerando todo vasto escopo do elemento simbólico, não se prendendo apenas à ideia de representação proposta por Chartier. Para ele, essa noção é válida sim em alguns casos, mas generalizá-la causaria uma grande perda da força comunicativa do símbolo. Darnton coloca que a relação simbólica não é “direta e não-ambígua” entre o símbolo e o signo, mas sim que essa relação é estabelecida entre o emissor e o receptor da mensagem. Em suas palavras,

[...] eu acredito que a maior parte das interações humanas são baseadas nisso. Ironia, amor, meditação em frente ao sagrado, todos os tipos de disposições afetivas são expressadas através de gestos e palavras que vão além do que você chama de “a relação de representação”¹²⁰.

Os gatos são, de fato, símbolos, mas a força de seu uso não está em uma relação de representação direta. Como Darnton postula, ela se realiza devido à sua posição ambígua dentro de um sistema de classificação que delimita a organização conceitual do mundo daquela sociedade. Mais importante do que a relação de representação, ele afirma, na esteira do pensamento apresentado pelo historiador Johan Huizinga, seria a ideia de *participação ontológica*. Citando uma passagem de Huizinga em que ele fala das rosas como símbolo das virgens e dos mártires, Darnton afirma que as rosas não os representam, mas sim são eles, “com eles pertencem à mesma ordem do ser”¹²¹. Além disso, ele coloca que nós pensamos, falamos e agimos no mundo estabelecendo metáforas: todas estas ações veiculam representações metafóricas, em que o símbolo atua como principal agente, e que por isso eles precisam ser considerados em um sentido mais amplo, considerando-o “qualquer ato que transmita um sentido, seja por som, imagem ou gesto”¹²². Ao agirmos de uma certa forma, também mostramos que determinadas coisas possuem uma afinidade com outras, seja por suas características, como forma e cor, seja por sua posição estrutural em relação a outras. Assim, Darnton reafirma o seu alinhamento com o pensamento de Geertz de que as ações também são textos a serem lidos, se opondo à ideia de Chartier de que as ações operam sob lógicas diferentes das textuais. Ele baseia sua argumentação na ideia de que as relações estabelecidas tanto pelo texto quanto pela ação só podem ser entendidas quando postas em referência a um conjunto maior de categorias que classificam a

¹²⁰ Je crois que la plupart des échanges humains sont baignés dans des rapports de ce genre. L'ironie, l'amour, le recueillement devant le sacré, toutes sortes de dispositions affectives s'expriment au travers des gestes et des mots qui dépassent ce que tu appelles « la relation de représentation ». BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert, 1985, p. 91.

¹²¹ DARNTON, 2010, p. 342.

¹²² Ibid, p. 344.

experiência, argumento já utilizado por ele anteriormente. Dessa forma, a linguagem constitui o nível mais básico de categorização do conhecimento – citando sua máxima, “nomear é saber”. Ele busca conciliar a investigação de um quadro estrutural com uma análise de cunho etnográfico, afirmando que “os símbolos funcionam não só por causa de seu poder metafórico, mas também devido à sua posição dentro de um quadro cultural”¹²³.

Em suma, o diálogo entre os dois autores parece convergir para um mesmo ponto: o do objetivo geral da análise. Darnton, ao afirmar que os tipógrafos foram capazes de “jogar” com os símbolos de sua cultura, estabelece a análise no nível da interpretação destes símbolos e de seus usos. Para que haja uma compreensão do significado atribuído ao acontecimento, é necessário então, para ele, que se opere dentro de categorias não muito rígidas (*charivaris* ou processos por feitiçaria, por exemplo), mas sim na medida em que essas formas são “utilizadas” pelos diferentes personagens da história: o termo *apropriação* faz parte da conceituação teórica de Chartier, sendo um dos conceitos principais de seu pensamento, e não é usado por Darnton em nenhuma parte do seu texto; porém, ao colocar que os operários “jogaram” com os símbolos, Darnton se aproxima da ideia que Chartier estabelece com o conceito de *apropriação*, que diz respeito às formas particulares que os indivíduos, envolvidos em suas culturas, utilizam os elementos disponíveis a eles. Darnton não está afirmando que todos os operários da tipografia interpretaram o evento da mesma maneira, mas sim que eles o apropriam cada um de sua própria forma. Ambos também estabelecem a importância das relações, tanto entre os indivíduos, quanto entre eles e o mundo, para a investigação dos símbolos. O contraste aparece à medida que Darnton atribui importância à confecção de um diagrama estrutural, “mesmo que este possa parecer demasiado mecânico. [...] Para obter uma interpretação rigorosa, temos de tentar avançar dos detalhes para o quadro cultural que lhes conferia sentido, reunindo a análise formal e o material etnográfico”¹²⁴. Assim, para ele, a chave do processo analítico está na relação entre o indivíduo e sua cultura. Chartier, por sua vez, nega a existência deste quadro geral, procurando com isso estabelecer a análise no nível das apropriações dos diferentes grupos sociais nas relações entre suas *práticas* e seus *discursos* (que operam sob lógicas distintas entre si), que se originam de matrizes de

¹²³ DARNTON, 2010, p. 350.

¹²⁴ Ibid, p. 362.

representações coletivas, e não na relação entre as práticas individuais e as coletivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu analisar e compreender o pensamento de dois autores muito importantes para a historiografia atual – Robert Darnton e Roger Chartier – e suas contribuições para o debate acerca da história de vertente cultural, a partir de suas trajetórias profissionais e acadêmicas, e seus contatos com pensadores de outras áreas do conhecimento. Além disso, tornou possível uma exposição das concepções teórico-metodológicas destes autores a respeito da prática historiográfica, a fim de contribuir com o debate e o desenvolvimento do campo da história cultural.

O primeiro capítulo serviu de base para a compreensão da constituição do campo da história cultural como uma perspectiva historiográfica, ao explorar as contribuições de diferentes historiadores e correntes de pensamento, desde o século XIX, com o trabalho de Jacob Burckhardt – considerado como um marco dentro da historiografia clássica – até a consolidação da Nova História Cultural na segunda metade do século XX, período em que os autores aqui analisados estão inseridos. Com este capítulo objetivou-se apresentar o desenvolvimento do pensamento historiográfico enquanto uma rede de relações e oposições, que influenciou (no sentido de alterar, de desviar) a constituição do pensamento e da produção de Darnton e Chartier – mesmo que como um ponto de oposição.

O segundo capítulo constituiu a análise da trajetória dos historiadores, a partir do percurso profissional e intelectual de cada um, possibilitando assim a compreensão do desenvolvimento de seu pensamento, articulado no contato com intelectuais de outras áreas: mais especificamente, o contato, por parte de Darnton, com a antropologia, a partir de sua convivência e trabalho com o antropólogo americano Clifford Geertz, com o qual dividia o local de trabalho – a Universidade de Princeton, nos Estados Unidos – e também a organização de um seminário, realizado naquela universidade durante alguns anos, com o tema “História e Antropologia”; da parte de Chartier, o seu contato com a sociologia, principalmente por meio dos sociólogos franceses Émile Durkheim e Pierre Bourdieu, e do alemão Norbert Elias, a partir do seu trabalho realizado dentro de três grandes instituições francesas no que diz respeito ao pensamento historiográfico – a *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, o *College de France*, e o periódico dos *Annales*. Este

capítulo explorou, assim, o referencial estabelecido por Michel de Certeau sobre a operação historiográfica, no que diz respeito ao lugar ocupado pelo historiador, que se relaciona com elementos como as instituições de pesquisa, a organização das disciplinas, dos campos e das áreas, e o desenvolvimento de linhas historiográficas.

Por fim, no terceiro capítulo buscou-se explorar algumas considerações e posicionamentos dos dois autores analisados, oriundos de debates e diálogos que ocorreram entre eles. Com o objetivo de complementar a discussão do lugar e das práticas apresentado no segundo capítulo, a contraposição direta entre as colocações de Darnton e Chartier permitiu explorar as convergências e as divergências entre os historiadores, reflexo de suas trajetórias distintas. Este capítulo não tinha como objetivo determinar a validade ou não de suas colocações, mas sim de buscar compreendê-las como constituintes de suas práticas enquanto historiadores, seguindo na esteira da perspectiva estabelecida por Certeau, assim como fornecer uma exposição de seus pensamentos, que encontra sua utilidade no constante debate que deve ser exercido a respeito do ofício do historiador e da pesquisa histórica. Dessa forma, o capítulo se focou em quatro principais temas: suas discussões a respeito de tradições historiográficas, oriundas de diferentes formas de compreender as realidades históricas e os objetos de pesquisa; as considerações sobre os métodos utilizados pelos autores em suas pesquisas e produções históricas; seus debates acerca do elemento cultural, em sua formulação conceitual; e por fim suas discussões a respeito dos elementos simbólicos e da interpretação dos símbolos, tema este de suma importância em uma história que busca ser cultural.

Ainda na linha do pensamento de Certeau, este trabalho buscou defender que é por meio do constante contato, das influências, dos debates, posicionamentos e reposicionamentos a respeito das questões que envolvem a constituição de uma pesquisa histórica que o conhecimento acerca da história enquanto uma área do conhecimento pode – e deve – ser construído. Assim, antes de pensar em Darnton e Chartier como representantes de modelos estáticos, ou de tentar enquadrá-los nestes mesmos modelos, o trabalho se focou em pensá-los a partir da ideia do *desvio*, ou seja, que pressupõe um quadro epistemológico ou paradigmático da história enquanto ciência, mas que procura compreender no processo dinâmico de trocas os desvios que alteram as concepções da operação historiográfica,

determinando novos lugares e instituições, novas práticas e procedimentos de análise.

Este trabalho buscou, assim, operar na relação entre os polos extremos de que fala Certeau: de um lado, a construção dos modelos (história cultural, social, antropológica, quantitativa, serial, das mentalidades, entre muitos outros adjetivos) e, por outro, a atribuição de significado ao resultado obtido durante a investigação: o pensamento e as obras, de fato, de Chartier e Darnton. Dessa forma, procurou promover uma reflexão sobre as “diferenças pertinentes” de Certeau, dentro do tema da historiografia contemporânea, e produzir desvios dos modelos pré-concebidos: “A ‘interpretação’ antiga [no sentido apriorístico] se torna, em função do material produzido pela constituição de séries e de suas combinações [a interpretação das fontes em si] a evidenciação dos *desvios relativos quanto aos modelos* [a obra dos autores]”¹²⁵.

A construção da interpretação aqui apresentada se deu, então, na relação entre os modelos (de correntes historiográficas) e os “limites que seu emprego sistemático faz aparecer e [...] a capacidade de transformar esses limites em problemas tecnicamente tratáveis”¹²⁶ – isto é, a capacidade de atuação e transformação deste limite pelos objetos aqui analisados. Isto se tornou evidente neste trabalho a partir, a título de exemplo, da instituição de novos espaços destinados especificamente aos historiadores aqui estudados, de acordo com suas características profissionais, alterando assim aquele lugar inicial em que se encontravam: a criação do seminário de “História e Antropologia” para Darnton, na Universidade de Princeton, e a cátedra de “Cultura Escrita na Europa Moderna”, no *Collège de France*, para Chartier – momento em que o desvio retorna ao modelo para modificá-lo, e a partir de sua institucionalização, cria de um novo modelo, que será desviado novamente – é a partir desta perspectiva que o trabalho busca compreender as contribuições dos autores para a historiografia e para o pensamento histórico.

Em suma, o tema proposto nesta pesquisa constitui-se como relevante para a discussão a respeito do trabalho realizado pelo historiador, que pode ser explorado em futuras pesquisas com base em outros referenciais teóricos para a análise do desenvolvimento do pensamento dos autores, pelo aprofundamento dos debates

¹²⁵ CERTEAU, 2013, p. 76.

¹²⁶ Ibid, 76-77.

aqui estabelecidos, ou então pela expansão deste tipo de análise para outros autores, de tradições e instituições historiográficas similares ou mesmo diferentes.

FONTES

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. “CULTURA POPULAR”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

CHARTIER, Roger. Text, Symbols, and Frenchness. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 57, n. 4, p. 682-695, dez. 1985

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Alexandre; LOPES, Marcos. Lucien Febvre (1878-1956). LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 59, p. 86-93, set. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia kabila**. Oeiras: Celta, 2002 [1972].

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Entrevista com Robert Darnton. **Topoi**, Rio de Janeiro, set. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber**. São Paulo: Loyola, 2004.

FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Robert Darnton. In: _____. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

KIRSCHNER, Tereza. Robert Darnton. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (org.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROIZ, Diogo. Fernand Braudel (1902-1985). In: LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Helenice da. Roger Chartier. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (org.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

THIRY-CHERQUESS, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40(1), p. 27-55, Jan/Fev. 2006.